



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS**



PDI - IFAM

MANAUS/AM
2009



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eliezer Moreira Pacheco

**ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO AMAZONAS**

João Martins Dias
Reitor

Ana Mena Barreto Bastos
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Sandra Magni Dawich
Pró-Reitor de Extensão

Nelson Batista do Nascimento
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

João Cabral Neto
Pró-Reitor de Ensino

Antônio Venâncio Castelo Branco
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Arone do Nascimento Bentes
Diretor Geral do Campus Manaus Centro

Gilberto Andrade da Silva
Diretora Geral do Campus Manaus Distrito Industrial

José Maurício do Rêgo Feitoza
Diretor Geral do Campus Manaus Zona Leste

Maria do Perpétuo Socorro
Diretor Geral do Campus Coari

Paulo Assis Cavalcante Nascimento
Diretor Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Jorge Nunes Pereira
Diretor Geral do Campus Lábrea

Leonor Ferreira Neta Toro
Diretor Geral do Campus Maués

Darcília Penha Pinto
Diretor Geral do Campus Parintins

Stanislau de Oliveira Arruda
Diretor Geral do Campus Presidente Figueiredo

Ivamilton de Souza Araújo
Diretor Geral do Campus Tabatinga



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO ESTATUTO E DO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Antônio Castelo Branco
(Coordenador Titular) - (Reitoria)

Ana Mena Barreto Bastos
(Reitoria)

João Cabral Neto
(Reitoria)

Sandra Magni Dawchi
(Reitoria)

Larissa Barreto de Araújo
(Campus Manaus Centro)

Maria Raimunda Lima Valle
(Campus Manaus Centro)

José Pinheiro de Queiros Neto
(Campus Manaus Distrito Industrial)

Jorge Nunes Pereira
(Coordenador Suplente) (Campus Manaus Zona Leste)

Paulo Ramos Rolim
(Campus Manaus Zona Leste)

Maria do Perpétuo Socorro C. da Silva
(Campus Coari)

Maurício Roberto da Silva
(Campus Coari)

Ivamilton de Souza Araújo
(Campus São Gabriel da Cachoeira)

Francisco Itamar Pereira Diniz
(Campus São Gabriel da Cachoeira)



Sumário

Introdução

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Breve Histórico dos Institutos Federais

1.1.1 Descrição dos Campi

1.1.1.1 Campus Manaus Centro

1.1.1.1.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.1.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.1.3 Professores e Técnicos Administrativos

1.1.1.1.4 Dados dos Cursos e Alunos

1.1.1.1.5 Infra-Estrutura Física Construída

1.1.1.1.6 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

1.1.1.2 Campus Manaus Distrito Industrial

1.1.1.2.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.2.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.2.3 Professores e Técnicos Administrativos

1.1.1.2.4 Dados dos Cursos e Alunos

1.1.1.2.5 Infra-Estrutura Física Construída

1.1.1.2.5 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

1.1.1.3 Campus Manaus Zona Leste

1.1.1.3.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.3.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.3.3 Professores e Técnicos Administrativos

1.1.1.3.4 Dados dos Cursos e Alunos

1.1.1.3.5 Infra-Estrutura Física Construída

1.1.1.3.6 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

1.1.1.4 Campus Coari

1.1.1.4.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.4.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.4.3 Professores e Técnicos Administrativos

1.1.1.4.4 Dados dos Cursos e Alunos

1.1.1.4.5 Infra-Estrutura Física Construída



1.1.1.4.6 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

1.1.1.5 Campus São Gabriel da Cachoeira

1.1.1.5.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.5.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.5.3 Professores e Técnicos Administrativos

1.1.1.5.4 Dados dos Cursos e Alunos

1.1.1.5.5 Infra-Estrutura Física Construída

1.1.1.5.6 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

1.1.1.6 Novos Campi em Processo de Implantação

1.1.1.6.1 Campus Presidente Figueiredo

1.1.1.6.1.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.6.1.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.6.2 Campus Lábrea

1.1.1.6.2.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.6.2.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.6.3 Campus Maués

1.1.1.6.3.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.6.3.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.6.4 Campus Tabatinga

1.1.1.6.4.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.6.4.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.1.1.6.5 Campus Parintins

1.1.1.6.5.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

1.1.1.6.5.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

1.2 Inserção Regional

1.3 Missão

1.4 Finalidades

1.5 Objetivos e Metas



1.5.1 Objetivos

1.5.2 Metas

1.6 Área (s) de atuação acadêmica

1.7 Responsabilidade Social

1.7.1 Inclusão Social

1.7.2 Educação/Inclusão no campo

1.7.3 Educação Indígena (Campus São Gabriel). Aguardando.

1.8 Políticas de Ensino

1.8.1 Diretrizes Pedagógicas

1.8.2 Fundamentos Didático-Pedagógicos

1.8.3 Ações para Legitimar a Política Pedagógica

1.9 Políticas de Extensão

1.10. Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

2. GESTÃO INSTITUCIONAL

2.1 Organização Administrativa

2.1.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.

2.1.2 Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição.

2.1.2.1 Conselho Superior

2.1.2.2 Colégio de Dirigentes

2.1.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

2.1.4 Autonomia da IES em relação à Mantenedora.

2.1.5 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

2.2 Organização e Gestão de Pessoal

2.2.1 Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho.

2.2.2 Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil existente e pretendido para o período de vigência do PDI.

2.2.3 Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão.

2.3 Políticas de atendimento aos discentes

2.3.1 Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro

Autonomia da IES em relação à Mantenedora

2.3.2 Estímulos à permanência



2.3.3 Acompanhamento dos egressos

3. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Organização Didático-Pedagógica

3.1.1 Perfil do egresso

3.1.2 Seleção de conteúdos

3.1.3 Processo de avaliação

3.1.4 Práticas pedagógicas inovadoras

3.1.5 Políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares

3.2 Oferta de Cursos e Programas (Presenciais e a Distância)

3.2.1 Graduação

3.2.2 Sequenciais

3.2.3 Programas Especiais de Formação Pedagógica

3.2.4 Pós-Graduação (lato sensu)

3.2.5 Pós-Graduação (stricto sensu)

3.2.6 Programas de Extensão

3.2.7 Programas de Pesquisa

4. INFRA-ESTRUTURA

4.1 Infra-Estrutura física

4.2 Infra-Estrutura acadêmica

4.3 Adequação da infra-estrutura para o atendimento de portadores de necessidades especiais

4.4 estratégias e meios para a comunicação interna e externa

4.5 Cronograma de expansão

5. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Estratégias de gestão econômico-financeira

5.2 Planos de investimentos

5.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.1 Projeto de Avaliação e Acompanhamento das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão

6.2 Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa

6.3 Formas de utilização dos resultados das avaliações

7. ANEXOS



Plano de Desenvolvimento Institucional

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver para um período de 5 (cinco) anos.

A elaboração do PDI deve levar em conta a participação de todos como princípio fundamental para sua construção que expresse e reflita as expectativas e projetos de toda a comunidade dos campi do IFAM para os próximos 5 (cincos) anos.

Nos termos do Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, artigo 16 (dezesseis), O Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos: I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso; II - projeto pedagógico da instituição; III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede; IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos; V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro; VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos; VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à



biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos; b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/ aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial; IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Na gestão de todo sistema federal de ensino, o planejamento é uma importante ferramenta, pois oportuniza um momento de reflexão sobre o que vem sendo feito e sobre o que ainda deve ser implementado. Na gestão de uma instituição de educação pública multicampi como o IFAM, esta ferramenta torna-se imprescindível.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM deve ser encaminhado também ao Ministério da Educação. Esse documento busca dar respostas a duas questões essenciais: o que planejamos para a nossa Instituição para os próximos cinco anos? Quais são as condições de que dispomos para alcançar este futuro pretendido?

O trabalho aqui proposto está fundamentado em três grandes desafios: O primeiro decorrente da promulgação da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e seus respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional para o período 2009-2013.

Como segundo desafio está à expansão do IFAM no estado do Amazonas, com previsão de implantação de novos Campi no município de Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo e Tabatinga. A gestão *multicampi* exige um planejamento incomum,



que está sendo construído conjuntamente, num processo de comprometimento e aprendizado constantes.

O terceiro desafio encontra-se no processo de institucionalização que tem seus pressupostos na concepção e diretrizes dos Institutos Federais. Devemos considerar como valores essenciais da Instituição a diversidade na oferta de níveis e modalidades de cursos, a verticalização do ensino, a mobilidade, a internacionalização do Instituto, a ampliação das atividades de pesquisa e extensão, os compromissos sociais e inclusivos, e arranjos produtivos sociais e culturais locais com vista no desenvolvimento regional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, apresentado a seguir, abrange o período de 2009 a 2013, e não se constitui um documento acabado. Estão previstas atualizações e revisões periódicas das metas e dos objetivos aqui propostos, bem como a elaboração de um cronograma de execução, ao longo de todo o seu período de vigência. Um documento que refletirá, em termos de ações e metas, as grandes linhas traçadas para o desenvolvimento institucional do IFAM.

1.1. Breve Histórico dos Institutos Federais

Tendo em vista um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, o Ministério da Educação, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com base na estruturação e na potencialidade já existentes nos Centros Federais de Educação e Tecnologia, Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Instituições de Ensino Profissional vinculadas às Universidades Federais.

A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica em cooperação com estados e municípios, mais o conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica, concorreram para a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o território nacional.

Em 2006, iniciou a primeira fase da expansão com o objetivo de implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições ou em periferias de metrópoles e em municípios com as potencialidades locais de geração de postos de trabalho. Em 2007, com o tema pautado em uma escola técnica em cada cidade do país, deu-se início a segunda fase da expansão com previsão de 150 novas unidades



de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica.

Com o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional, a distribuição territorial equilibrada das novas unidades foi definida a partir de cidades-pólo com a finalidade de maior abrangência possível de mesorregiões em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais.

O novo modelo institucional pretende, então, estabelecer um diálogo permanente com as políticas sociais e econômicas na perspectiva de contribuir para o progresso socioeconômico com enfoques locais e regionais.

Os Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, primando pela formação humana e cidadã como pressuposto básico à qualificação para o exercício do trabalho, bem como, sinalizarão para a necessidade de formação e capacitação permanente das demandas dos profissionais articulada ao mundo do trabalho, com o compromisso voltado para o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Nesse processo de institucionalização, os Institutos Federais, devem manifestar em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica fundamentada sob a integração e articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da capacidade laboral.

Neste sentido, nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, inciso IV, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**, foi estruturado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

Na condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o IFAM integra os seguintes Campi: Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Manaus Zona Leste, Campus Coari, Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Presidente Figueiredo, Campus Maués, Campus Parintins, Campus Lábrea e Campus Tabatinga.



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, doravante IFAM, oferece a Educação Profissional, nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico, além das Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu.

1.1.1. Descrição dos Campi

1.1.1.1 Campus Manaus Centro

1.1.1.1.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O Campus Manaus Centro, outrora Unidade Sede do Centro Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas/CEFET-AM, teve sua origem no Governo Nilo Peçanha. O então Presidente, levado pelos desafios que a revolução industrial trouxera ao mundo, criou em 23 de dezembro de 1909, pelo Decreto Nº 7.566, as Escolas de Aprendizizes Artífices.

A Escola de Aprendizizes Artífices foi instalada em Manaus no dia 1º de outubro de 1910, em uma casa residencial no Bairro da Cachoeirinha. Na época, o corpo discente era de apenas 33 (trinta e três) alunos que estudavam em regime de internato.

O bairro da Cachoeirinha, lugar em que estava localizada a escola, ficava distante do centro da cidade. Como a escola fora destinada às crianças “desvalidas”, pobres, oriundas do interior do estado, esse distanciamento tornava ainda maiores os desafios para se obter formação específica. A formação profissional era enriquecida com a cultura geral, importante para o desenvolvimento do cidadão. Na época, os cursos profissionais garantiam o emprego para jovens carentes que eram inseridos no mundo do trabalho tanto na Capital, como no interior do Estado do Amazonas.

Em 1910, a Escola de Aprendizizes Artífices já tinha o perfil de uma escola profissional nos moldes que a sociedade de então exigia. Os alunos, no início do século passado, eram crianças internas que necessitavam de uma profissão para sobreviver. A elas foram oferecidos cursos de sapataria, marcenaria, tipografia e desenhista. O início das atividades de forma tímida mais as dificuldades apresentadas, não impediram que aquela modesta instituição se tornasse em referência tecnológica desta primeira década do novo milênio.



O prédio da Penitenciária Central do Estado serviu como segunda instalação para o funcionamento da Escola no período de 1917 a 1929, uma vez que o primeiro prédio já não atendia as finalidades acadêmicas de então.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Escola de Aprendizes Artífices teve que se adequar e mudar seu perfil de ensino em decorrência do desenvolvimento industrial. Nesse contexto, em 1937, a Escola de Aprendizes Artífices passou a ser denominada de Liceu Industrial.

Somente no Governo de Getúlio Vargas, ganhou seu espaço definitivo, graças às ações do Interventor Federal, Álvaro Maia, que doou a Praça Barão do Rio Branco para que ali se erguesse o espaço físico da nova Escola. Em 10 de novembro de 1941, inaugurava-se o atual prédio, situado na Avenida Sete de Setembro.

Em 1942 passou a receber a denominação de Escola Técnica de Manaus e, no ano de 1959 passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Amazonas. O atual prédio abriga até hoje, o Campus Manaus Centro ocupando um quarteirão inteiro, que ao longo dos anos, foi ampliado com modernas instalações.

Em 1987, o Presidente José Sarney criou em seu governo um Projeto de Expansão das Escolas Técnicas Federais, estabelecendo no interior de cada Estado da Federação, uma ou mais escolas técnicas subordinadas à escola sediada na capital, que passaram a ser chamadas de Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs.

No estado do Amazonas, único no contexto do projeto, a nova escola foi implantada na área urbana da capital, no Pólo Industrial de Manaus. Seria inviável sua instalação no interior do Amazonas. A Unidade de Ensino Descentralizada da então ETFAM foi criada pela Portaria Ministerial Nº 67, de 06 de fevereiro de 1987. Em agosto de 1992, a UNED obteve autorização de funcionamento através da Portaria Nº 111, de 27.08.92.

Após se estabelecer na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, com duas unidades de ensino na capital, oferecendo ensino de qualidade por meios dos cursos técnicos, possuindo uma infra-estrutura única e prestígio na sociedade, foi transformada por Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas.

Com a implantação do CEFET-AM o grande desafio vivenciado pela Instituição foi ofertar um leque de cursos que possibilitasse a Formação Profissional Básica, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Tecnologias, Licenciaturas e Pós-Graduação.

Em decorrência do Programa de Expansão do Ensino Profissional a implantação da



Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, foi o resultado da parceria entre o Governo Federal através do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e da Prefeitura Municipal de Coari, tendo seu funcionamento autorizado pela Portaria Nº 1.970, de 18 de dezembro de 2006.

No governo Lula, os Centros Federais de Educação Tecnológica e suas Unidades de Ensino Descentralizadas e as Escolas Agrotécnicas passaram a compor os Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A parti de então, a Unidade Sede do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas passou a denominar-se Campus Manaus Centro.

1.1.1.1.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus Manaus Centro

A cidade de Manaus tem crescido bastante nos últimos anos, com um relevante aumento na oferta do ensino superior privado e na demanda de profissionais qualificados, principalmente em função do crescimento contínuo da economia local. O Pólo Industrial de Manaus tem se configurado como base da economia, não só da cidade, mas do estado como um todo. Manaus possui uma rede de estabelecimentos de saúde acima da média nacional, mas é ainda deficiente na questão de saneamento básico na maioria dos bairros da cidade.

Os quadros, abaixo, apresentam dados socioeconômicos e educacionais que demonstram o potencial econômico e educacional da região. É importante considerar as possibilidades do aporte de recursos advindos de instituições de fomento locais, tais como a FAPEAM (Fundação de Apoio a Pesquisa no Amazonas) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Tabela X – Dados Socioeconômico
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo 2005, 2006 e 2007)

Item	Dado	Ano Base
População	1.646.602	2007
Estabelecimentos de Saúde	324	2005
PIB	27.214.213.000	2005
Instituições Financeiras	85	2006
Indústrias de Transformação	2.553	2005

ATUALIZAR



Tabela X – Dados dos Estudantes
Fonte: Ministério da Educação - INEP - Censo Educacional 2006

Item	Alunos	Docentes	Escolas
Ensino Pré-escolar	55.562	2.216	402
Ensino Fundamental	377.163	12.902	631
Ensino Médio	103.921	3.911	187
Ensino Superior	66.042	3.956	19
Total	602.688	22.985	1.239

ATUALIZAR

1.1.1.1.3 Professores e Técnicos Administrativos

O Campus Manaus Centro possui um corpo docente que vem correspondendo às necessidades dos modelos curriculares nos diversos níveis e modalidades de ensino que oferece. No que se refere ao quadro permanente de servidores docentes, encontramos dificuldades para atender a necessidade da área técnica e tecnológica. Neste sentido, o Campus Manaus Centro tem contratado Professores Substitutos para suprir essa demanda. O quantitativo atual do quadro de servidores permanentes (professores e técnico-administrativos) está expresso nos quadros a seguir.

Tabela X – Quadro Permanente de docentes do Campus Manaus Centro com Titulação
Fonte: Gerência de Recurso Humanos – Campus Manaus Centro

Formação	Quantidade	Percentual
Graduados	-	0%
Especialistas	113	61,41%
Mestres		
Doutores	13	7,06%
Total		

Tabela X – Quadro Permanente de docentes do Campus Manaus Centro em Processo de Qualificação
Fonte: Gerência de Recurso Humanos – Campus Manaus Centro

Em Formação	Quantidade	Percentual
Especialização		
Mestrando		
Doutorado		
Total		

- **incluir professor substituto DGP**
- **quantificar apenas cursos concluídos;**
- **quantificar total geral.**



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Tabela X – Quadro de Técnicos Administrativos do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Recurso Humanos – Campus Manaus Centro

Cargo/ Função	Quantidade
Administrativo	99
Técnico em Assuntos Educacionais	8
Bibliotecária	2
Pedagogo	4
Técnico de Laboratório	2
Técnico em Audiovisual	2
Orientador Educacional	1
Psicóloga	1
Odontóloga	1
Motorista	2
Auxiliar de Enfermagem	2
Médica	2
Assistente Social	1
TOTAL	127

1.1.1.1.4 Dados dos Cursos e Alunos

Tabela X – Quadro dos cursos profissionais oferecidos de nível médio no Campus Manaus Centro
Fonte: Coordenação de Controle Acadêmico – Campus Manaus Centro

Cursos/Modalidades	Modalidade	Nº de turmas	Total de alunos
Cursos Técnicos	Integrado	17	683
Cursos Técnicos	Subseqüente	35	1400
Cursos Técnicos	PROEJA	7	215
TOTAL	-	55	2.298

Tabela X – Quadro de Cursos de Nível Superior
Fonte: Coordenação de Controle Acadêmico – Campus Manaus Centro

Cursos	Nº de turmas	Total de alunos
Tecnologias		
Licenciaturas		
Engenharias		
Total		

(*) Dados sujeitos a alteração em função do período de ajuste de matrículas

1.1.1.1.5 Infra-Estrutura Física Construída

Tabela X – Infra-estrutura do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Dependências	Quantidade	Área Construída (m²)
Sala de Direção GERAL/SEDE	02	
Salas de Coordenação	01	
Sala de Professores	01	
Salas de Aulas	40	
Sala de Desenho	03	
Biblioteca*	01	
Laboratórios	76	
Sanitários	38	
Pátio Coberto/Área de Lazer/Convivência	03	
Setor de Atendimento/Tesouraria	01	
Banda de Música	01	
Museu	01	
Refeitório	01	
Sala de Dança	01	
Lanchonete	01	
Auditórios	05	
Sala de Áudio/Salas de Apoio	08	



Sala de Pesquisa	07	
Espaço Cultural	04	
Rampas de acesso para pessoas com necessidades especiais	20	
Ginásio de Esporte/Quadra Descuberta/Piscina	06	
Apoio ao Ensino	03	
Área total Construída (em m2.)	-	
Área total	-	
TOTAL		

1.1.1.1.6 Distribuição dos Laboratórios por Áreas

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Controle e Processos Industriais	Usinagem e Ajustagem	
	Usinagem CNC	
	Refrigeração (Doméstica, Comercial e Industrial)	
	Motores	
	Técnicas de Soldagem (Soldagem de ARCO)	
	Soldagem especial (MIG, TIG, MAG)	
	Ensaio dos Materiais	
	Metrologia I	
	Metrologia II	
	Comandos Hidráulicos e Pneumáticos	
	Instalações Elétricas	
	Eletrônica Analógica e Industrial	
	Eletrônica Digital	
	Comandos Elétricos	
	Máquinas Elétricas	
	Ensaio de Alta Tensão	
	Eletricidade e Medidas	
Automação Industrial		
Metalografia		
Injeção Eletrônica		
Máquinas Operatrizes		
Sistema Elétrico de Potência		

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Infra-estrutura	Instalações Hidráulicas	
	Mecânica dos Solos	
	Pavimentação	
	Resistência dos Materiais	
	Materiais de Construção	
	Topografia; Formas	
	Tecnologia da Construção	
	Instalações Elétricas para Construção Civil	
	Instalações Hidro Sanitárias	
	Informática Aplicada à Construção Civil	

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Controle e Processos	Química Analítica	40



Industriais		
	Química Orgânica	40
	Físico-Química/Inorgânica	40
	Microbiologia	40
	Pesquisa e Produção	10
	Tecnologia de Alimentos	40
	Microscopia	40
	Biologia e Produtos Naturais	40
	Controle e Qualidade Ambiental	40
	Beneficiamento de Frutas Regionais	10
	Micologia	10
	Biotecnologia	10

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho I	30
	Segurança do Trabalho II	40

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Informática e Comunicação	Laboratório 1	20
	Laboratório 2	40
	Laboratório 3	40
	Laboratório 4	40
	Laboratório 5	40
	Laboratório 6	50
	EaD	
	Cursos Especiais (PROEX) - Telecentro	40
	Informática Aplicada - Industria	40
	Informática Aplicada a Construção Civil	40

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Informática e Comunicação	Produção Publicitária	24
	Laboratório de Áudio, Vídeo e Rádio	15

Tabela X – Laboratórios do Campus Manaus Centro
Fonte: Gerência de Administração e Planejamento

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Multidisciplinar	Laboratório de Física (1)	30

1.1.1.2 Campus Manaus Distrito Industrial

1.1.1.2.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

Em 1992, a então Escola Técnica Federal do Amazonas, hoje IFAM, expandiu suas atividades e deu início a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED em Manaus, localizada na Avenida Danilo Areosa, S/N, Distrito Industrial, em terreno cedido



pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. A UNED – Manaus foi autorizada a funcionar através da Portaria Nº 67 MEC, de 06 de fevereiro de 1987, oferecendo inicialmente os Cursos de Eletrônica e Informática Industrial de Nível Médio, e posteriormente, passou a oferecer cursos de Nível Técnico Integrado, Subsequente, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Superiores de Tecnologia e Pós-graduação *Lato Sensu*.

1.1.1.2.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus Manaus Distrito Industrial

O Campus Manaus Distrito Industrial está localizado na área urbana da cidade. Os indicadores socioeconômicos estão expostos na tabela 14 que revela o potencial econômico e tendências para novas matrizes de desenvolvimento econômico. Consciente de seu papel social, fortemente alicerçado nos pressupostos teórico-práticos da Educação Tecnológica, fundamentado nas perspectivas econômicas da região, o Campus Manaus Distrito Industrial consolida sua atuação no Amazonas na contínua busca pela elevação da qualidade dos serviços que oferece à comunidade amazonense.

A UNED – Manaus, com a criação do IFAM, torna-se o Campus Manaus Distrito Industrial por estar situado no Distrito Industrial de Manaus, com mais de 600 indústrias, principalmente na área de eletro-eletrônicos, duas rodas, plásticos, relojoeiro, médico-hospitalar, entre outros.

Conjuntamente com outras instituições de ensino e pesquisa que se encontram na mesma região, o Campus Manaus Distrito Industrial atua na perspectiva de atender às demandas de pessoal qualificado, pesquisa e desenvolvimento para o setor industrial, estabelecendo parcerias que possibilitaram equipar laboratórios, estreitar visitas técnicas, realizações de estágios curriculares e projetos de pesquisa.

Em função de seu potencial e de sua localização no Pólo Industrial, o Campus Manaus Distrito Industrial, tem forte atuação junto ao aluno trabalhador e grande potencial para parcerias com indústrias, com forte viés para a pesquisa aplicada.

Tabela X – Dados Socioeconômico
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo 2005, 2006 e 2007)
Item Dado Ano Base

Item	Dados	Ano Base
População	1.646.602	2007



Estabelecimentos de Saúde	324	2005
PIB	27.214.213.000	2005
Instituições Financeiras	85	2006
Indústrias de Transformação	2.553	2005

1.1.1.2.3 Professores e Técnicos Administrativos

O Campus Manaus Distrito Industrial possui um corpo docente que vem correspondendo às necessidades dos modelos curriculares nos diversos níveis e modalidades de ensino que oferece. No que se refere ao quadro permanente de servidores docentes, encontramos dificuldades para atender a necessidade da área técnica e tecnológica. Neste sentido, o Campus Manaus Distrito Industrial tem contratado Professores Substitutos para suprir essa demanda. O quantitativo atual do quadro de servidores permanentes (professores e técnico-administrativos) está expresso nos quadros a seguir.

Tabela X – Quadro Permanente de Docentes com Titulação
Fonte: Coordenação de Recurso Humanos – Campus Manaus Distrito Industrial

Formação	Quantidade	Percentual
Graduados	03	4,9%
Especialistas	27	44,3%
Mestres	12	19,7%
Doutores	9	14,8%
Total	61	100%
Total + Concurso	68	--

Tabela X – Quadro Permanente de Docentes em Processo de Qualificação
Fonte: Coordenação de Recurso Humanos – Campus Manaus Distrito Industrial

Em Formação	Quantidade	Percentual
Especialização	--	0%
Mestrando	06	9,8%
Doutorando	4	6,6%
Total	61	100%
Total + Concurso	68	--

Repassar quadro ao Professor Pinheiro

Tabela X – Quadro de Técnico Administrativos.
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Campus Manaus Distrito Industrial

Cargo/Função	Quantidade
Administrativos	19
Técnico em Assuntos Educacionais	02



Bibliotecária	01
Supervisora Educacional	01
Técnico em Laboratório	00
Técnico em Audiovisual	02
Orientador (a) Educacional	01
Psicóloga	01
Odontólogo (a)	01
Auxiliar de Enfermagem	01
Médica	01
Assistente Social	01
Total	31
Total + Concurso	36

1.1.1.2.4 Dados dos Cursos e Alunos

Tabela X – Cursos Oferecidos, Número de Turmas e Alunos para Nível Médio-Técnico.
Fonte: Diretoria de Ensino – Campus Manaus Distrito Industrial

Curso	Modalidade	Nº de Turmas	Total de Alunos
Mecatrônica	Integrado	1	42
Telecomunicações	Integrado	2	57
Eletrônica	Integrado	6	217
Eletrônica	EJA	3	85
Sistemas de Controles Automáticos – HSCA (*)	Subsequente	2	185
Materiais e logística – HML (*)	Subsequente	3	98
Manut. de Equipamentos Eletrônicos – HMEE (*)	Subsequente	7	175
Redes de Comunicação - HRC	Subsequente	1	16
Total	--	25	875

(*) Considerando vagas disponibilizadas em 2009.2

Tabela X - Cursos Oferecidos, Número de Turmas e Alunos para o Nível Superior
Fonte: Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Campus Manaus Distrito Industrial

Curso	Nº de Turmas	Total de Alunos	Conceito MEC
Tecnologia em Sistemas Eletrônicos	4	116	5 / 5 / 5
Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	4	107	A
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	3	89	Não Avaliado
Chamada vagas remanescentes 2009.2	--	47	--
Total	10	359	-

Total Geral de Alunos	-	1.234	-
------------------------------	----------	--------------	----------

1.1.1.2.5 Infra-Estrutura Física Construída

Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Dependências	Quantidade	Área (m²)
Sala de Direção	01	32,20
Salas de Coordenação	01	30,00



Sala de Professores	01	30,00
Salas de Aulas para o curso	25	1.525,00
Sala de Desenho	01	53,00
Sala de Treinamento	02	106,00
Laboratórios	19	813,00
Miniauditório	01	106,00
Sanitários	18	178,08
Pátio Coberto/Área de Lazer/Convivência	01	356,40
Setor de Atendimento/Tesouraria	01	25,20
Sala de Áudio/Salas de Apoio	01	51,20
Sala de Pesquisa	01	12,00
Espaço Cultural	01	72,00
Ginásio de Esporte/Quadra Descoberta/Piscina	03	2.261,00
Apoio ao Ensino	03	211,00
Área total Construída	-	12.416,00
Área Total	-	36.221,00

1.1.1.2.6 Breve Descrição dos Laboratórios

O Campus Manaus Distrito Industrial possui uma estrutura de laboratórios que supera, inclusive, a quantidade de salas de aula, e que são resultados de investimentos do estado e da iniciativa privada, que atendem as áreas de Telecomunicações, Eletricidade, Eletrônica, Química, Informática, Automação, Materiais, Simulação, entre outros, os quais se apresentam uma breve descrição abaixo.

Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Informática e Comunicação	Áudio e Vídeo (48 m ²)	
	Comunicação Celular	
	Redes (63m ²)	
	Propagação de Antenas	
	Comunicações Ópticas	
	Pesquisa (24m ²)	

Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Área de Conhecimento	Laboratórios	Posto de Trabalho
Controle e Processos Industriais	Materias e Processos	

Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Controle e Processos	Eletrônica Digital (36m ²) 5 LABORATÓRIOS?	



Industriais	Eletrônica Analógica (36m ²)	
	Eletricidade Básica (36m ²)	
	Simulação (36 m ²)	
	Automação (60m ²)	
	Programação (63m ²)	
	Programação (63m ²)	

Tabela X - Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Controle e Processos Industriais	Química (60m ²)	

Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Manaus Distrito Industrial
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Informática e Comunicação		

1.1.1.3 Campus Manaus Zona Leste

1.1.1.3.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi criada pelo Decreto Lei nº. 2.255 de 30 de maio de 1940, com a denominação de Aprendizado Agrícola Rio Branco com sede no Estado do Acre. Iniciou suas atividades acadêmicas em 19 de abril de 1941. Foi transferida para o Amazonas, através do Decreto Lei nº. 9.758, de 05 de setembro 1946 e foi elevada à categoria de escola, passando a chamar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Posteriormente, através do Decreto nº. 731 de 19 de maio de 1967, passou a ser chamada de Ginásio Agrícola do Amazonas, sendo transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério de Educação e Cultura.

Em 12 de maio de 1972, foi elevada à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto nº. 70.513, ano em que se transferiu para o atual endereço.

Em 04 de setembro de 1979, através do Decreto nº. 83.935, recebeu o nome que até então vigorava: Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Em 16 de novembro de 1993, transformou-se em autarquia educacional de regime internato pela Lei nº. 8.731, de 16 de Novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

De acordo com a Lei nº. 11. 892, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a extinta Agrotécnica Federal de Manaus, passou a



condição de Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM, contexto em que passou a denominar-se **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAM, Campus Manaus – Zona Leste**.

1.1.1.3.1 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

O Campus Manaus Zona Leste recebe alunos dos 62 (sessenta e dois) municípios do Estado e ainda discentes dos Estados do Acre, Amapá, Roraima Rondônia, Pará, Goiás e São Paulo. Possui uma área de 164 (cento e sessenta e quatro) hectares, está localizada na Zona Leste da capital amazonense, em uma região onde ocorre um dos mais acelerados processos de urbanização – segundo estimativas da Prefeitura Municipal de Manaus. A região possui aproximadamente 700.000 (setecentos mil) habitantes.

A agricultura tem exercido um relevante papel importante nesse setor do município, com destaque para os seguintes produtos: cana-de-açúcar, milho, maracujá, feijão, melancia, mamão, mandioca, abacaxi, maracujá e laranja, assim como o cultivo de verduras e legumes tais como: couve, alface, repolho e coentro.

Em parceria com a SUFRAMA a EAF incentiva a implantação de projetos em áreas de várzea e terra firme no cultivo de grãos, tubérculos e olerícolas. No setor pecuarista, 50% do rebanho bovino e bubalino concentram-se em cinco municípios e na capital apenas 2%. No caso da avicultura, anualmente, vem crescendo na produção de ovos e de ração para aves, chegando a ser praticamente auto-suficiente.

Na piscicultura a principal espécie cultivada é o *Colossoma macropomum* (Tambaqui), seguido pela matrinxã, pirarucu e curimatã. Já são 1922 piscicultores, dos quais 2 com empreendimentos superiores a 20ha e 15, com pisciculturas entre 2 e 20ha, os demais, abaixo de 2ha. A produção está em torno de 2000 toneladas por ano, no sistema semi-intensivo 77% piscicultores. E 13 entidades estão envolvidas com esta atividade, com os quais o Centro Manaus Zona Leste mantém parcerias formais e informais.

No processo de pesca artesanal, de acordo com a Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima - FEPESCA, 14.236 toneladas de peixes foram desembarcados em Manaus no ano de 1998, tendo sido as espécies mais capturadas: o jaraqui (53%), o pacu (10,90%), o curimatã (10,25%), o tambaqui (9,38%), a sardinha (5,12%), o tucunaré (3,36%) e o matrinxã (2,49%), dentre outros. Estes dados são somente os controlados pela Colônia de Pescadores de Manaus. Estima-se que o Estado produza próximo



a 100.000 toneladas de pescado, por ano, o que é equivalente a 10% de toda produção nacional.

1.1.1.3.3 Professores e Técnicos Administrativos

O quadro de docentes do Campus Manaus Zona Leste de Manaus é constituído por 53 professores efetivos e 4 substitutos, dos quais 2 trabalham em regime de 20 horas, 3 em regime de 40 horas e 52 em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, sendo 26% dos docentes com mestrado, deste 1 é doutorando, 55% com especialização, 13% são graduados e 6% têm apenas o ensino médio. (Fonte: CGRH/EAF de Manaus, 2007.)

O corpo técnico-administrativo é constituído por 58 (cinquenta e oito) funcionários, dos quais cerca de 42% têm curso superior, 38% possui o ensino médio, 7% ensino fundamental completo e 13% ensino fundamental incompleto. (Fonte: CGRH/EAF de Manaus, 2007). atualizar

Tabela X – Quadro Permanente de Docentes
Fonte: Coordenadoria Geral de Recursos Humanos – Campus Manaus Zona Leste

Formação	Quantidade	Percentual
Graduados	5	10%
Especializandos	1	2%
Especialistas	22	41%
Mestrandos	6	12%
Mestres	12	23%
Doutorandos	5	10%
Doutores	1	2%
Total	52	100%

Tabela X – Quadro de Técnico Administrativos
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Campus Manaus Zona Leste

Cargo/Função	Quantidade
Administrador	1
Almoxarife	1
Analista de Técnico da Informação	1
Assistente em Administração	12



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Auxiliar Administrativo	2
Auxiliar de Biblioteca	2
Auxiliar de Cozinha	1
Auxiliar de Eletricista	1
Auxiliar de Encanador	1
Auxiliar de Enfermagem	1
Auxiliar de Mecânico	1
Auxiliar em Agropecuária	1
Auxiliar em Agropecuária	1
Bibliotecária	1
Carpinteiro	1
Contador	1
Copeira	1
Cozinheiro	3
Eletricista-área	1
Encanador-área	1
Marceneiro	1
Motorista	2
Operador de Máquina/ Auxiliar de Encanador/Lavar	1
Operador de Máquina de Lavar	1
Pedagogo-habilitação	1
Psicólogo – Área	1
Recepcionista	1
Servente de Obras	1
Técnico em Agropecuária	2
Técnico em Assuntos Educacionais	1
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Tecnologia da Informação	1
Telefonista	2
Vigilante	7
Total	58

1.1.1.3.4 Dados dos Alunos

Tabela X – Cursos Oferecidos, Número de Turmas e Alunos para Nível Médio-Técnico
Fonte: Coordenação Geral de Ensino – Campus Manaus Zona Leste

Curso	Modalidade	Nº de Turmas	Total de Alunos
Técnico Integrado em Agropecuária/1º ano	Integrado	6	249
Técnico Integrado em Agropecuária/2º ano	Integrado	4	167
Técnico Integrado em Agropecuária/2º ano	Integrado	3	113
Manejo Florestal	Subseqüente	1	25
Secretariado	Subseqüente	2	76
Agropecuária	Subseqüente	1	40
Recursos Pesqueiros	Subseqüente	1	29
Ensino Fundamental	EJA	1	31
Ensino Médio	EJA	4	304
Agropecuária	EaD	4	187
Escola de Fábrica	EaD	1	20
Total	-	28	1.241

1.1.1.3.5 Infra-estrutura Física Construída

Infra-Estrutura Física Constituída
Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída

Salas Administrativas e Pedagógicas		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Salas de Aula	9	477,84



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Sala de Atendimento Psicológico	1	18,90
Sala de Informática	1	43,68
Gabinete do Diretor Geral	1	18,75
Chefia de Gabinete da Recepção	1	12,02
Sala da PROJUR	1	23,52
Coordenadoria Geral de Ensino	1	25,83
Departamento de Desenvolvimento Educacional	1	22,20
Banheiros	9	122,93
Sala dos Professores	1	41,43
Sala de Planejamento de aula	1	17,99
Biblioteca	1	231,77
Auditório	1	184,02
Setor de Tecnologia da Informação	1	21,20
Cooperativa – depósito	1	76,30
Cooperativa – posto de venda	1	23,97
Cooperativa – sala da administração	1	10,15
Cooperativa – sala de informática	1	10,75
Coordenadoria Geral de Ensino	1	86,56
Coordenação de Integração Escola/Comunidade	1	37,17
Lavanderia	1	60,00
Refeitório	1	279,77
Cozinha	1	167,74
Câmara Frigorífica	1	17,40
Cantina	1	20,48
Área Coberta	1	407,39
Sala da Casa Familiar Rural	1	25,55
Sala de Educação Física	1	78,00
Quadra Poliesportiva	2	1.680,00
Campo de Futebol/Pista de Atletismo	1	7.700,00
Piscina	1	412,50
Alojamentos	7	2.908,05
Enfermaria	1	118,80
Centro de Convivência – Alunos	4	205,00
Coordenação Geral de Administração e Finanças	1	56,25
Coordenação de Serviços Auxiliares	1	17,50
Guarita/Portal	1	68,00
Setor de Compras e Licitação	1	23,44
Repografia	1	11,08
Auditoria Interna	1	18,63
Almoxarifado	1	187,73
Arquivo Morto	1	9,56
Patrimônio	1	91,42
Coordenação Geral de Recursos Humanos	1	50,40

Laboratórios/Oficinas		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Laboratório (Biologia/Agropecuária)	01	73,35
Laboratório (Física/Química)	01	73,35
Herbário/Laboratório	01	20,00
Marcenaria	01	174,65
Mecânica	01	194,04
Garagem	01	440,00



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Salas de Apoio ao Ensino Técnico		
Unidade de Agroindústria		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Panificadora	1	23,95
Confeitaria	1	23,95
Fábrica de Macarrão	1	50,05
Processamento de Frutas	1	135,50
Laboratório de Gastrologia	1	23,49
Cozinha	1	5,82
Sala de Coordenação	1	25,34
Processamento de Carnes e Pescado	1	195,67
Laboratório de Física/Química	1	10,07
Defumação de Carne e Pescado	1	13,85
Fabricação de Piracuí	1	13,51
Laticínios	1	287,31
Sala Ambiente de Agroindústria I	1	180,00
Sala Ambiente de Agroindústria II	1	180,00
Enlatamento de Carne e Pescado	1	13,35

Unidade Educativa de Zootecnia I		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Fábrica de Ração	1	114,66
Sala ambiente	1	55,20
Sala de estudo dos Professores	1	20,34
Aviário de Postura I	1	205,34
Aviário de Postura II	1	181,87
Aviário de Corte I	1	232,16
Aviário de Corte II	1	232,16
Aviário de Corte III	1	232,16
Defumador	1	62,40
Abatedouro	1	48,00
Galpão para criação de coelhos	1	233,16
Fábrica de Ração	1	120,00
Unidades de criatórios de animais	1	988,00
Aprisco	1	87,68

Unidade Educativa de Zootecnia II		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Sala Ambiente_Animais Silvestres	1	180,00
Pocilga	1	515,32
Maternidade de Suinocultura	1	73,17
Criação de Suíno em Cama	1	60,00

Unidade Educativa de Zootecnia III (Estábulo)		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Sala Ambiente	1	55,20
Sala de ordenha	1	48,27
Bizerreiro	1	71,25



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Corredor do bizerreiro	1	20,50
Estábulo	1	970,02

Piscicultura		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Sala de Aula	1	95,70
Viveiro_Peixe ornamental	1	67,86
Aquários_Peixe Ornamental	1	34,80
Sala Ambiente_Recursos Pesqueiros	1	180,00
Sala Ambiente_Aqüicultura	1	180,00
Laboratório para reprodução de peixes	1	350,00

Agricultura		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Sala de agricultura	1	56,26
Depósito da Agricultura	1	73,81
Sala ambiente_Manejo Florestal	1	180,00
Sala Ambiente_Agricultura	1	180,00
Unidade de Benefiamento de Cana-de-açúcar	1	120,00

Centro de Treinamento Profissionalizante		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
CTP-Térreo	1	741,20
CTP-1º Andar	1	741,20

Parcerias Internas		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Unidade de Permacultura	1	1.980,00
Projeto de Hidroponia/Cultivo em vasos	1	1.100,00
Projeto de Lutherie_OELA	1	144,00

Residências Funcionais		
Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Residências para Professores	4	480,00
Residências Técnico-Administrativo	5	400,00

Total da Área Construída		30.209,75
---------------------------------	--	------------------

*FONTE: Departamento de Administração e Planejamento
Programa de Expansão da Educação Profissional

1.1.1.3.6 Breve Descrição dos Laboratórios

Separar laboratórios dos quadros acima com inclusão dos postos de trabalho.



1.1.1.4 Campus Coari

1.1.1.4.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari é o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Coari.

No dia 18 de dezembro de 2006 o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Coari foi autorizado mediante a Portaria de nº 1.970 do Ministério da Educação. Começaram então as obras para a construção da Unidade.

O ano letivo de 2007 iniciou no dia 22 de fevereiro de 2007. A comunidade da UNED-COARI era composta por dezenove servidores docentes, dezesseis servidores na área administrativos e duzentos e quarenta discentes. Na ocasião as dificuldades foram inúmeras, não havia equipamentos nos laboratórios nem nos setores administrativos. O processo ensino-aprendizagem, contou apenas com as habilidades dos docentes e técnicos administrativos.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Adequando-se a essa Lei, a UNED-Coari passou a constituir-se Campus Coari. As novas instalações do Campus Coari, localizada na Estrada Coari-Itapéua, km. 02, s/n - Bairro Itamaraty, tiveram suas atividades letivas iniciadas em 05 de maio de 2008 e sua inauguração oficial aconteceu em 10 de setembro do mesmo ano, com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, considerando o processo de ampliação da rede federal de educação, contamos no presente momento na sua estrutura organizacional - no seu quadro funcional - com corpo docente composto por 28 professores, 24 técnico-administrativos e 651 alunos matriculados, distribuídos nos cursos de Edificações, Informática, Segurança do Trabalho e PROEJA.

O Campus Coari, enquanto estrutura integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, tem por finalidade proporcionar o Ensino de Qualidade através de qualificação e requalificação profissional, bem como, Pesquisa e Extensão a fim de atender a demanda da microregião.



1.1.1.4.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

O município de Coari, situado na região denominada microregião de Coari, composta de 6 municípios, totalizando uma abrangência de 112.122,9 Km². Essa região está localizada no centro da Amazônia Brasileira. A história sócio, político e econômica do município nos apresenta as dificuldades que sofre o HOMEM amazônida, diversidades essas inerentes a região amazônica. Contudo a bravura e a crença, dessa “nação” no potencial da região têm construído uma história de desenvolvimento.

Inicialmente a sustentabilidade econômica do município se deu com a extração do látex da seringueira, atividade extrativista, realizada pelos senhores donos dos seringais, cuja estrutura social era marcada pela divisão entre patrão e empregado – capital e operário. Paralelamente a essa atividade, a produção, na sua forma de subsistência, de castanha da Amazônia e juta, garantia a sobrevivência das pequenas comunidades. Após esse ciclo surge a monocultura da banana e a extração de madeira. Dentre os fatores que contribuíram para o declínio dessas atividades, destacam-se as pragas que devastaram os bananais, conhecidas como sigatoga negra e mal do Panamá, e o surgimento do “ouro negro” economicamente viável, eclodindo o êxodo rural para a sede do município, alterando de forma significativa a dinâmica das relações sociais do município e região, isto é, a sede com uma grande população (taxa demográfica alta), e a zona rural com um grande vazio (taxa demográfica baixa).

No meado dos anos 80, consolida a viabilização econômica do petróleo, elevando o município de Coari para o patamar de 4º mais rico da região Norte. Passada a euforia da implantação do Pólo Petroquímico de Urucu percebe-se a necessidade de gerar um desenvolvimento sustentável, utilizando-se de outras vocações da região.

Em 1986, o foco socioeconômico ganha um novo parâmetro, quando jorrou petróleo e gás em níveis comerciais no poço RUC-1, no rio Urucu, afluente do rio Coari da bacia hidrográfica do rio Solimões, 650 km da cidade de Manaus em linha reta, consolidando a Província Petrolífera do Rio Urucu, Base de Operações Geólogo Pedro de Moura. O pólo petroquímico do Urucu, em Coari e em Tefé, com um potencial de produção de US\$ 2 a 3 bilhões ao ano, "que é hoje uma das maiores em produção comercial de óleo no Brasil e com uma reserva de gás natural suficiente para abastecer de energia elétrica todo o Norte do país e, eventualmente, outras regiões brasileiras" (Garcia, 2008).

Em razão da efetivação dessa atividade econômica no Município, passa a refletir na arrecadação de impostos para os cofres públicos, assim sendo, Coari se torna o segundo



município arrecadador de ICMS do Estado, além de ser beneficiado com os royalties, gerando uma renda per capita de R\$ 28.643 (IBGE, 2004).

No imaginário do cidadão da região, a nova ordem da atividade econômica proveria de forma direta melhoria em sua qualidade de vida, e uma das consequências foi o surgimento de uma nova estrutura social causada pelo êxodo rural, surgindo então uma explosão demográfica na cidade sede do município. Há de se considerar também, para o aumento populacional da cidade de Coari, o número de trabalhadores alocados de outras regiões pelas empresas contratadas pela PETROBRÁS. Essa nova conjuntura social permitiu o surgimento de fenômenos sociais diametralmente opostos, tais como: aumento da prostituição, da violência, da insegurança, do trabalho informal e infantil, crescimento desordenado da cidade (surgimento de bairros, a partir de invasões), processo inflacionário (nos gêneros alimentícios e imobiliários), dinamismo na rede comercial e de serviços, crescimento no setor da construção civil, aumento do fluxo e melhoria da qualidade e quantidade do transporte fluvial e aéreo, necessidade de mão-de-obra especializada, aumento e melhorias nas redes educacionais estadual, municipal, federal e privadas.

Em razão dessa exploração de gás, o município de Coari tornou-se o mais promissor pólo de desenvolvimento econômico do interior do Amazonas.

Após um crescimento de 80% nos últimos sete anos em termo de reestrutura urbana e social, a meta do Município de Coari é a criação do Pólo de Petróleo e Gás Químico do Município. Para tanto, foi elaborado um Programa Municipal de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio de Coari (Prodicom - Projeto de Lei Nº 012/2007). Este projeto concede incentivos fiscais proporcionando a competitividade e instalação de indústrias e de comércios variados que transformem e comercializem produtos da cadeia produtiva do gás e do petróleo, além de gerar emprego e renda à população. A administração do Prodicom é regida por um Conselho composto pelo Prefeito, Secretários Municipais de Planejamento, Economia e Finanças, da Indústria do Gás e do Petróleo, um vereador, um representante da Federação das Indústrias (FIEAM) e representantes das Instituições de Ensino Superior sediadas em Coari.

O IFAM Campus Coari, representante nato do governo federal, somado a parceria do governo municipal se comprometem a intervir no processo de formação holística do cidadão da região, enfatizando a formação profissional técnica nos cursos de ensino médio integrado, PROEJA, cursos de graduação tecnológica, licenciatura e bacharelado, contribuindo desta forma para o desenvolvimento tecnológicos dos arranjos produtivos da região. Sob esse prisma o IFAM Campus Coari torna-se estratégico, considerando sua historicidade no



processo de ensino técnico e tecnológico no campo do trabalho, favorecendo assim o desenvolvimento regional.

Tabela X - Quadro de Dados Socioeconômicos.
Fonte: IBGE (Censos 2004, 2005 e 2006)

Item	Dados	Ano Base
População	80552	2004
Estabelecimentos de Saúde	18	2005
PIB	R\$ 2.307.318	2004
Instituições Financeiras	03	2006
Indústrias Extrativas	03	2005
Indústrias de Transformação	36	2005
Empresas e micro-empresas*	1.047	2005

(*) Senso Empresarial do SEBRAE 2005

Tabela X - Quadro de Dados Educacionais.
Fonte: Ministério da Educação – INEP (Censo Educacional 2006 e 2007)

Item	Alunos (2007)	Docentes(2007)	Escolas (2007)
Ensino Pré-escolar	1.937	112	5
Ensino Fundamental	18.702	887	167
Ensino Médio	3.427	204	14
Ensino Superior	1.038	56	05
Total	25.104	1.259	191

1.1.1.4.3 Professores e Técnicos Administrativos

O Campus Coari possui um corpo docente que vem correspondendo às necessidades dos modelos curriculares nos diversos níveis e modalidades de ensino que oferece. No que se refere ao quadro permanente de servidores docentes, encontramos dificuldades para atender a necessidade da área técnica e tecnológica. Neste sentido, o Campus Coari tem contratado, pelo período máximo de dois anos, Professores Substitutos para suprir essa demanda. O quantitativo atual do quadro de servidores permanentes (professores e técnico-administrativos) está expresso nos quadros a seguir.

Tabela X - Quadro de Docentes com Titulação
Fonte: Serviço de Recursos Humanos – Campus Coari

Formação	Quantidade	Percentual
Graduados	10	36%
Especialistas	9	32%
Mestres	6	21%



Doutores	3	11%
Total	28	100%

Tabela X - Quadro de Docentes em Processo de Qualificação
Fonte: Serviço de Recursos Humanos – Campus Coari

Formação	Quantidade	Percentual
Especializandos	-	-
Mestrandos	-	-
Doutorandos	0	-
Total		100%

Tabela X - Quadro de Técnico-Administrativos
Fonte: Serviço de Recursos Humanos – Campus Coari

Cargo/Função	Quantidade
Administrador	1
Técnico Administrativo	10
Técnico em Assuntos Educacional	-
Bibliotecária	1
Pedagogo	2
Orient. Educacional	-
Psicóloga	1
Assistente Social	1
Odontólogo	1
Motorista	1
Téc. Laboratório	4
Téc. Enfermagem	1
Médico	1
Outros	-
Total	24

1.1.1.4.4 Dados dos Cursos e Alunos

Tabela X - Quadro de Cursos Técnico de Nível Médio
Fonte: Coordenação de Controle Acadêmico – Campus Coari

Curso/Modalidade	Nº. de turmas	Total de alunos
Edificações Integrado	4	152
Informática Integrado	6	237
Edificações PROEJA	2	85
Edificações Subsequencial	1	73
Informática Subsequencial	1	64
Segurança no Trabalho Subsequencial	1	40
Total	15	651

1.1.1.4.5 Infra-Estrutura Física Construída

Tabela X- Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Coari
Fonte: Gerência de Obras IFAM



Dependências	Quantidade	m2
Hall/Recepção	1	111,98
Sala para Secretaria	1	21,94
Sala para Diretoria	1	21,62
Sala para Chefia de Gabinete	1	16,04
Sala de Reunião	1	27,20
Secretaria Escolar	1	49,43
Sala para Serviços Administrativos	1	49,72
Gabinete Médico	1	42,41
Sala de Videoconferência	1	58,5
Sala de Manutenção	1	23,69
Sala para Relações Comunitárias	1	20,48
Sala da Gerência de Ensino	1	52,65
Sala para Apoio Pedagógico	1	35,10
Sala de Coordenações	1	39,49
Auditório	1	168,86
Biblioteca	1	154,77
Sala para Professores	1	58,79
Sala de Estudos	1	58,79
Sala de Recursos Audiovisuais	1	17,55
Sala para Diretório Acadêmico	1	17,55
Sala para Reprografia	1	37,53
Sala para Almoxarifado	1	17,54
Copa	1	13,16
Loja	1	34,16
Protocolo	1	13,16
Sala de CPD	1	8,78
(08) Banheiros: Vasos sanitários	18	112,32
Pátio Aberto	1	185,69
Salas de aulas	10	49,72
Laboratórios de Informática	3	50,63 (cada)
Laboratórios de Construção Civil	3	58,79 (cada)
Laboratório de Ciências	1	58,79
Laboratório de Instrumentação	1	57,75
Sala de desenho	1	57,75
Pátio Coberto	1	725,56
Refeitório/Lanchonete	1	72,53
Total de Área Construída		3.717,28

1.1.1.4.6 Breve Descrição dos Laboratórios

O Campus Coari possui uma estrutura de laboratórios, que se apresenta a seguir.

- 03 Laboratórios de Informática: 30 computadores em cada laboratório, com monitores tipo LDC, teclado padrão de ABNT-2 e mouse, no-break estabilizador, lâmpadas de emergências, 03 impressoras multifuncional.

Tabela X - Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Coari
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Comunicação e	Laboratório I	30
	Laboratório II	30



	Laboratório III	30
Total	3	90

- 03 Laboratórios de Construção Civil: uma máquina universal de ensaio, tanque de cura, balanças eletrônicas, máquina para marcar corpo de prova de barra de aço, máquina de corte para barras e fios de aço, betoneiras elétricas, argamassadeira elétrica, moldes regulares, teodolitos, equipamentos para realização de ensaio Slump, aparelhos de Vicat, vibrador de imersão, mufla, colher de pedreiro, picaretas, enxadas, copos de Becker, balões volumétricos, provetas graduadas, funis, aços, compensados, mostruário de rocha, mostruários de material de construção.
- 01 Sala de Desenho: 40 cavaletes tubulares, régua paralelas, escalímetros, gabaritos para desenhos técnicos e arquitetônicos, matagato, esquadros. Incluir Ambiente de aprendizagem

Tabela X - Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Coari
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Infra-estrutura	Laboratório I	30
	Laboratório II	30
	Laboratório III	30
	Desenho	40
Total	3	130

- 01 Laboratório de Ciências: equipados com conjunto de sais, compostos orgânicos, ácidos, substâncias elementares, corantes, óxidos e hidróxidos, polímero natural, amostra do elemento carbono, vidraçarias e correlatos, fogareiro portátil, balança eletrônica e analítica, estufa, multímetro com display digital, medidor de pH, microscópio biológico, esqueleto humano, modelo anatômico de desenvolvimento embrionário, modelo de dupla hélice de DNA.
- 01 Laboratório de Matemática: esfera de aço, molas, referência em R^3 , esquadros, compassos, planos trigonométricos, lupas, dados de espuma, fita métrica, limalha de ferros, amostra de pavimentação, puzzles, tangrans.

Tabela 32 - Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus Coari
Fonte: Gerência de Obras IFAM

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Multidisciplinar	Biologia e Química	30



	Matemática	30
Total	2	60

1.1.1.5 Campus São Gabriel da Cachoeira

1.1.1.5.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

A Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira foi criada através da Lei nº 8.670, de 30/06/1993, e transformada em autarquia através da lei nº 8.731, de 16/11/1993, com objetivos de desenvolver a educação profissionalizante nos diversos níveis, capacitar profissionais para o mundo do trabalho, investir no fortalecimento da cidadania, colaborar com o desenvolvimento através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade civil, incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão. Foi transformada em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, através da lei 11.892, de 29/12/2008. A sede do Campus São Gabriel da Cachoeira está localizada na Rodovia BR-307, s/n, Cachoeirinha.

A região do Rio Negro, principal área de abrangência do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira é constituída pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e nela convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas: Tukano Oriental, Aruák, Maku e Yanomami. No município de São Gabriel da Cachoeira a população indígena é estimada em trinta e cinco mil pessoas, vivendo em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região já homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.00 km².

Em abril de 2005, seguindo ao disposto no item 15 do Termo de Compromisso assinado durante o I Seminário Interinstitucional “Construindo a educação escolar indígena na região do rio Negro”, promovido pela FOIRN e ISA, realizado em fevereiro desse mesmo ano, a EAFSGC realizou um seminário público com a presença da SETEC, FOIRN, ISA, FUNAI e outros organismos. O reconhecimento das potencialidades para criação de alternativas econômicas sustentáveis baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais podem produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas. Nessa linha de pensamento, a EAF-SGC vem viabilizando ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do alto rio Negro.



1.1.1.5.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus São Gabriel da Cachoeira (Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos)

Na região do Rio Negro, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas: Tukano Oriental, Aruák, Maku e Yanomami. No município de São Gabriel da Cachoeira a população indígena é estimada em trinta e cinco mil pessoas, vivendo em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região, do lado brasileiro. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região já homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.00 km².

O município de São Gabriel da Cachoeira é o principal centro urbano regional. Alguns povoados indígenas, sobretudo Iauaretê, também possuem algumas características urbanas, especialmente devido à presença de militares e de colégios missionários, concentrando maior população indígena. A população indígena se mantém hegemônica em toda esta região, constituindo-se em pelo menos 90% do seu total.

Os ecossistemas dessa região são conhecidos como os mais pobres de toda a Amazônia, pela baixa fertilidade de suas terras e pobreza dos rios em peixes. Os povos indígenas desenvolveram formas sofisticadas de adaptação ao meio ambiente regional e práticas diversas e complementares de subsistência.

Atualmente, há uma demanda crescente das comunidades indígenas por educação profissionalizante impulsionada pela oferta de ensino médio dentro das terras indígenas, como também pelo desenvolvimento de experiências de manejo de recursos naturais que venham a



fortalecer as formas tradicionais com a introdução de alternativas sustentáveis experimentadas por outros povos.

O Município de Barcelos, situado na margem direita do Rio Negro é o maior município do Estado do Amazonas, com uma área territorial de 89.572 km², está localizado a 396 km em linha reta de Manaus e 496 km por via fluvial.

O município pertence à bacia hidrográfica do Rio Negro, e conta com abundante malha de rios, paranás e lagos. O solo é formado por terra firme (elevada acidez e baixa fertilidade) e várzea (são naturalmente férteis).

Economia - A produção agrícola, baseada nas culturas de banana, arroz e mandioca, não supre as necessidades do município, que importa a maioria dos gêneros alimentícios que consome.

O município possui um potencial turístico invejável, pois consta em seu território parte do Parque Nacional do Jaú, além do Parque Estadual Serra do Aracá e APA-Municipal Mariuá, com mais de 1.400 ilhas, o que lhe confere o título de maior arquipélago do mundo, com cerca de 700 espécies de peixes comestíveis e ornamentais (Exportados para países da Europa, Ásia e América).

O Turismo se destaca como grande potencial econômico, principalmente o ecoturismo e a pesca esportiva, que vem recebendo intensos investimentos.

Santa Izabel do Rio Negro foi criado em 1956 pelo desmembramento do município de Barcelos, com sede na vila antigamente chamada Ilha Grande. Em 04.06.1968, pela Lei Federal nº. 5.449, o município é enquadrado como Área de Segurança Nacional.

Economia – Agricultura: suporte econômico do município, absorve a maior parte da mão-de-obra local, com destaque para a mandioca, abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão e milho. Entre as culturas permanentes destaca-se abacate, laranja, coco, banana, limão, manga e tangerina, cultivados em pequena escala, principalmente para subsistência das famílias dos produtores. Na pecuária encontra-se pequenas criações de bovinos, suínos e bubalinos. A pesca e avicultura são praticadas de forma artesanal e sua produção é voltada para o consumo familiar. O extrativismo vegetal é praticado em pequena escala, baseando-se na exploração de gomas não elásticas, existindo o potencial para exploração da castanha, da piaçaba e da borracha.

Tabela X – Dados Socioeconômicos (municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do rio Negro e Barcelos).
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos 2005, 2006 e 2007).

Item	Dado	Ano Base
População	80.617	2007
Estabelecimentos de Saúde	27	2005
PIB	R\$ 207.328.000	2005



Instituições Financeiras	03	2006
--------------------------	----	------

Tabela X – Dados Educacionais.

Fonte: Ministério da Educação – INEP – Censo Educacional 2006 (Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do rio Negro e Barcelos)

Item	Alunos	Docentes	Escolas
Ensino Pré-escolar	3.154	327	191
Ensino Fundamental (incluindo EJA)	20.284	900	315
Ensino Médio (incluindo EJA)	3.018	164	11
Ensino Profissional	Não informado	Não informado	01
Ensino Superior	441	Não informado	01
Total	26.897	1.391	519

1.1.1.5.3 Professores e Técnico-Administrativos

O corpo de servidores do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, composto por docentes e técnicos administrativos, foi formado ao longo destes 14 anos de existência do órgão. A baixa oferta de mão de obra com a formação profissional exigida, aliada a grande distância e dificuldade de acesso aos grandes centros, dificultou sobremaneira a formação de um quadro de profissionais que atendesse as necessidades dos cursos profissionalizantes de nível técnico que a instituição se propôs a ofertar à sociedade. Apesar disto o Campus – SGC vem realizando um trabalho valoroso e de grande importância para a redução das desigualdades sociais, oferecendo um ensino de qualidade principalmente às populações menos assistidas da região noroeste do Amazonas.

Tabela X – Quadro Permanente de Docentes com Titulação

Fonte: Coordenadoria Geral de Recursos Humanos – Campus São Gabriel da Cachoeira

Formação	Quantidade	Percentual
Graduados	7	
Especialistas	13	
Mestres	7	
Doutores	0	
Total	27	

* Previsão/Metas/2009 – contratação de 22 servidores docentes

Tabela X – Quadro Permanente de Docentes em Processo de Qualificação

Fonte: Coordenadoria Geral de Recursos Humanos – Campus São Gabriel da Cachoeira

Formação	Quantidade	Percentual
Especialização		
Mestrados	1	
Doutorados	5	
Total	7	



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Tabela X – Quadro de Técnico Administrativos
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Campus São Gabriel da Cachoeira

Cargo/Função	Quantidade
Veterinário	1
Pedagogo/Área	1
Assistente em Administração	7
Assistente de Alunos	2
Operador de Máquinas Copiadoras	1
Técnico da Tecnologia da Informação	1
Técnico em Agropecuária	4
Técnico em Contabilidade	1
Vigilante	9
Auxiliar em Administração	2
Auxiliar de Biblioteca	1
Auxiliar em Agropecuária	3
Auxiliar de Cozinha	1
Auxiliar de Limpeza	1
Carpinteiro	1
Cozinheiro	2
Lavadeiro	3
Padeiro	2
Servente de Obras	2
TOTAL	45

* Previsão/Metas/2009 – contratação de 12 servidores técnico-administrativos

1.1.1.5.4 Dados dos Cursos e Alunos

Tabela X- Cursos Oferecidos, Número de Turmas e Alunos para Nível Médio-Técnico
Fonte: Setor de Registro Acadêmico – Campus São Gabriel da Cachoeira

Curso	Modalidade	Total de Alunos
Técnico Agropecuária	integrado	98
Técnico Informática	integrado	82
Técnico em Meio Ambiente	integrado	83
Técnico Administração	integrado	68
Técnico Administração	subseqüente	40
Técnico Contabilidade	subseqüente	30
Técnico em Agente Comunitário em Saúde	subseqüente	40
Técnico em Secretariado	PROEJA	40
Técnico em Administração	PROEJA	28
Técnico em Desenvolvimento Sustentável Indígena	PROEJA	47
TOTAL	-	556

1.1.1.5.5 Infra-Estrutura Física Construída



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



Tabela X – Espaço Físico, Quantidade e Área Construída do Campus São Gabriel da Cachoeira

Dependências	Quantidade	Área Construída (m ²)
Direção Geral	1	
Gabinete da Direção Geral	1	
Recepção/ Telefonista	1	
Departamento de Administração e Planejamento	1	
Coordenadoria Geral de Administração E Finanças	2	
Protocolo	1	
Setor de Patrimônio / Setor de Contabilidade	1	
Licitação	1	
Almoxarifado	1	
Coordenadoria Geral de Recursos Humanos	2	
Comissão Permanente de Licitação	1	
Coordenação de Serviços de Apoio	1	
Gabinete Odontológico	1	
Quadra Poliesportiva Coberta	1	
Secretaria Escolar	1	
Quadra de Esportes	2	
Área de Recreação/Lazer/Convivência	2	
Biblioteca	1	
Sala de Desenho	1	
Salas de Aula	10	
Salas de Aula em Construção	7	
Salas de Aula Ambiente	3	
Cantina Escolar	1	
Biblioteca em Construção	1	
Auditório	1	
Coordenação Geral de Ensino	2	
Coordenação de Integração Escola Comunidade	1	
Departamento de Desenvolvimento do Ensino	1	
Coordenação Geral de Assistência ao Educando	2	
Coordenação do Programa de Iniciação Científica	1	
Setor de Códigos e Linguagens	1	
Setor de Tecnologia da Informação	0	
Sala dos Professores	2	
Quadra de Areia	1	
Área de Lazer Coberta	2	
Residências para Servidores	20	
Alojamentos para Estudantes	5	
Lavanderia	1	
Cozinha e Refeitório Escolar	1	
Cantina Escolar	1	
Banheiros	9	
Setor De Mecanização	1	
Setor De Aquicultura (Piscicultura E Quelonicultura) E Reprodução De Peixes	1	
Barragem	1	
Barragem Em Construção	1	
Pista De Skate Em Construção	1	
Setor De Suinocultura	1	
Setor De Avicultura	1	
Setor De Bovinocultura	1	
Setores De Agricultura	3	
Viveiro Para Produção De Mudanças	1	
Estação Meteorológica	1	
Carpintaria	1	
Fábrica De Ração Animal	1	
Agroindústria	1	
Área Total Construída	-	15.240
Área Total	2.000.700 m²	

1.1.1.5.6 Breve Descrição dos Laboratórios



O Campus São Gabriel da Cachoeira dispõe dos seguintes laboratórios:

- Laboratório de Química (quantidade 01) Descrição dos equipamentos: evaporador rotativo (02), liofilizador, centrífuga, capela para exaustão, ondutivímetro, banho de aquecimento, destilador de água (02), desumidificador de ar, estufa de esterilização e secagem (02), murfla digital, medidor de ph digital de bancada, balança analítica eletrônica, balança eletrônica de precisão, bomba a vácuo e ar comprimido, chuveiro para banho de emergência, lavador automático de pipeta, medidor de oxigênio, medidor de condutividade, estufa com circulação de ar, destilador de gordura, fotômetro para teste de água, fotômetro de chama digital, bloco digestor de proteína, destilador de nitrogênio, refratrômetro de bancada, fotomicroscópio, geladeira (02), freezre vertical, banquetas, armários, vidraria, reagentes, computador (02), impressora, nobreak (02), notebook, mesas, cadeiras, projeto multimídia, retroprojeter (02), televisor (02).
- Laboratório de Biologia (quantidade 01) Descrição dos equipamentos: microscópio binocular, microscópio monocular (15), estereoscópio binocular (10), unidade mestra para química geral, espectrofotômetro, dessecador completo (05), paquímetro digital (05), pinças metálicas, pinças anatômicas, prensa.

Tabela X- Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus São Gabriel da Cachoeira
Fonte:

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Multidisciplinar	Química	30
	Biologia	30
	Herbário/Laboratório	40
Total	3	100

- Laboratório de Piscicultura (quantidade 01) Tanques para reprodutores com 500m² cada(04), tanque spara alevinos com 100m² cada (03), galpão coberto com 900m², incubadoras (12).

Tabela X- Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus São Gabriel da Cachoeira
Fonte:

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Agroindustria	Piscicultura	30
	Garagem	40
Total	2	70

- Laboratórios de Informática (quantidade 02) 40 computadores, rede de computadores, internet banda larga.

Tabela X- Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus São Gabriel da Cachoeira



Fonte:

Eixo Tecnológico	Laboratórios	Posto de Trabalho
Comunicação e Informática	Laboratório I	40
	Laboratório II	40
Total	2	80

Tabela X- Espaço Físico, Quantidade e Área Construída Campus São Gabriel da Cachoeira

Fonte:

Eixo Tecnológico	Laboratórios/Oficinas	Posto de Trabalho
Infra-estrutura	Laboratórios de Ciências Exatas em Construção	40
	Laboratórios de Ciências Exatas em Construção	40
Total	2	80

1.1.1.6 Novos Campi em Processo de Implantação

O Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, constituindo-se na iniciativa, de implantação de um total de 150 (cento e cinquenta) novas unidades na Rede Federal de Educação Tecnológica, no próximo quadriênio. O Governo promove, dessa forma, ações no sentido de oferecer ao país condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino. Tal iniciativa teve como objeto de análise, uma avaliação técnica das regiões constituintes dos Estados da Federação fundamentada na crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, equilíbrio territorial das unidades, bem como na análise das mesoregiões geográficas de abrangência e atuação das futuras unidades.

O Amazonas terá cinco novos campi, distribuídas nas mesoregiões localizadas nos municípios de Presidente Figueiredo, Lábrea, Maués, Parintins e Tabatinga. O compromisso público de interiorização da educação profissional se estabelece na região, de forma concretamente incisiva. Os cursos estarão em sintonia com os arranjos produtivos de cada localidade, o que propiciará efetivo desenvolvimento regional.

1.1.1.6.1 Campus Presidente Figueiredo

1.1.1.6.1.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica



O Município de Presidente Figueiredo está inserido na 7ª Sub-Região (rio Negro/Solimões) de acordo com o ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição do Estado do Amazonas, de outubro de 1989 e possui uma área territorial de 25.542km², representando 1,58% da área do Estado.

Situado ao norte de Manaus, sua área territorial é cortada, no sentido Sul - Norte, pela rodovia BR-174 (rodovia que liga Manaus ao estado de Roraima). Sua topografia é predominante acidentada com aclives e declives pronunciados. É banhado pelos rios: Urubu, Urubuí, Uatumã e Alalaú, recortados por 35 cachoeiras já devidamente localizadas. Limita-se: Com os Municípios de Urucará, e São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Rio Preto da Eva, Manaus e Novo Airão.

1.1.1.6.1.2 Caracterização socioeconômica e educacional da área de abrangência do Campus

O sistema educacional do município é predominantemente público, com ensino do nível fundamental ao superior. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o sistema educacional de Presidente Figueiredo é composto por 36 unidades educacionais que atendem o pré-escolar, nível fundamental ao ensino médio com um total de 8.048 alunos matriculados. Na zona urbana há um total de 07 (sete) escolas municipais, e na zona rural há 20 (vinte) escolas municipais que atendem as comunidades com ensino de 1º grau. Desde 1999 existem aulas noturnas para os adultos que trabalham durante o dia. Em relação ao ensino superior, a Universidade Estadual do Amazonas, ministra cursos para professores efetivos da rede Pública de Ensino.

Existem apenas mais de uma dezena de empreendimentos industriais, atuando na área de movelaria, madeireira, alimentícia e vestuário, e tendo Manaus como seu principal mercado consumidor. Porém, a contratação de mão- de- obra especializada constitui um grande problema para a instalação de mais indústrias na região, além da escassez de matéria prima, aliado à falta de investimento no município. O município apresenta potencialidade para a construção de barcos, para a expansão de setores moveleiros, indústria alimentícia, agroindústria e industrialização de matérias-primas regionais, além da confecção de artesanatos.

A mina do Pitinga é uma área explorada pelo Grupo Paranapanema a partir do km 245 de uma estrada vicinal que dá acesso à Vila do Pitinga. Possui uma infra-estrutura onde mais de 2.000 pessoas residem. A mina gera recursos federais, estaduais e municipais e é responsável pela maior parte da receita do município, onde se explora o estanho, zirconita,



columbita, tantalita e xenontina e mais recentemente o nióbio e criolita. Destaca-se no município a Agropecuária Jayoro Ltda, empresa com uma área de abrangência de 57.200ha., dos quais 4.111,36ha compreende todo o setor agrícola; o complexo industrial do empreendimento compreende uma área total de 26,56ha. O mercado do açúcar, álcool e extrato de guaraná produzido pela Agropecuária Jayoro LTDA possui sua quase totalidade, voltado para o atendimento da demanda do pólo de concentrados e bases para refrigerantes instalado na Zona Franca de Manaus.

O município possui mais de uma centena de estabelecimentos comerciais, oferecendo os mais variados produtos e serviços, como restaurantes, hotelaria, lanchonete, bares, serviços de manutenção de automóveis, embelezamento, contábeis, diversão, etc.

Também nesse ramo, a maior dificuldade é a falta de qualificação de mão-de-obra, falta de uma política de créditos justa e pouco burocrática, para que se possam adquirir máquinas e/ou equipamentos para melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos à população local e aos turistas que visitam constantemente o município.

**Tabela X – Demandas por Cursos de Formação Inicial e Continuada
Campus Presidente Figueiredo
Fonte: PAER (CEFET-AM), 2007**

Nº	ÁREA	%
1	Informática	74,07%
2	Saúde,Higiene e Segurança do Trabalho	55,55%
3	Eletricidade /Eletrônica	51,85%
4	Gestão e Empreendedorismo	51,85%
5	Meio Ambiente e Saneamento	48,14%
6	Automotiva- Manutenção e Reparação	44,44%
7	Agropecuária	44,44%
8	Design de Produtos	44,44%
9	Serviços de Recuperação/Manutenção	44,44%
10	Agroindústria	40,74%
11	Movelaria	40,74%
12	Turismo	40,74%
13	Construção Civil	37,03%
14	Metalmecânica	33,03%

**Tabela X – Demandas por Curso Técnico em Presidente Figueiredo.
Fonte: PAER (CEFET-AM), 2007**

Nº	ÁREA	%
1	Informática	62,96%
2	Segurança do Trabalho	55,05%
3	Comunicação	51,85%
4	Gestão	48,14%
5	Meio Ambiente	40,74%



6	Design	33,33%
7	Turismo	33,03%
8	Lazer e Desenvolvimento	29,62%
9	Mecânica	29,62%
10	Mineração	29,62%
11	Comércio	25,92%
12	Eletrônica	25,92%
13	Química	25,92%
14	Agropecuária	22,22%
15	Eletrotécnica	22,22%
16	Construção Civil	22,22%

Tabela X – Demanda por Cursos Superiores em Presidente Figueiredo.
Fonte: PAER (CEFET-AM), 2007

Nº	ÁREA	%
1	Licenciatura em Biologia	33,33%
2	Licenciatura em Química	25,92%
3	Licenciatura em Matemática	22,22%
4	Licenciatura em Física	11,11%
5	Tecnologias	3,70%

Incluir Fotografias

Incluir planilha de projeção 2009-2013

1.1.1.6.2 Campus Lábrea

1.1.1.6.2.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O município de Lábrea – AM localiza-se ao Norte do Brasil, ao Sul do Estado do Amazonas numa grande planície, sendo o 7º município em extensão, Lábrea detém o status de Centro Sub-regional do Purus. Limita-se com os Municípios de Canutama, Tapauá, Pauini, Boca do Acre e com os Estados de Rondônia e Acre. Sua altitude é de 60 metros acima do nível do mar. Está à margem direita do Rio Purus, com uma área de 68.229km² representando 4.3437% do Estado, e uma população de aproximadamente 28.956 habitantes, segundo dados do IBGE em 2000. O relevo da região em que está situado o município de Lábrea é propício à existência de basicamente três tipos de florestas: a floresta de várzea, floresta de terra firme e a chamada mata inundada, que leva o nome de igapó. Em linha geográfica, Lábrea está distante de Manaus (Capital do Estado do Amazonas), 701,6km e em linha itinerária 1.800 km. Localiza-se em plena zona equatorial, seu clima é quente e úmido. O principal rio é o Rio Purus.



1.1.1.6.2.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

As principais riquezas do município são constituídas por sua flora e fauna. Na primeira destacam-se pelo seu valor econômico, a seringueira e a Castanha do-pará além de madeiras de boa qualidade. Na fauna destacam-se peixes de várias espécies, quelônios e animais silvestres, além da bovinocultura. Somente no sul de Lábrea, por exemplo, encontra-se um rebanho de 250.000 cabeças de gado.

Os Arranjos Produtivos Locais têm foco transversal nos setores Serviços, Agricultura, Pecuária, e Extrativismo com uma pequena produção de extração de óleo de andiroba e copaíba para a produção de biodiesel.

No **setor primário** existe uma variação de relações de trabalho e produção, abrangendo tanto atividades de subsistência, em escala doméstica e local (como as roças e a pesca artesanal), quanto às atividades de sistemas de aviamento morfinizados (extrativismo de castanha, óleos vegetais, etc.). Essa variação atinge também atividades em grande escala comercial, extração de madeira, a agricultura (principalmente o feijão e a mandioca); e a pecuária (gado de corte), nas grandes fazendas, além da piscicultura.

Esse quadro de abundância e geração de bens econômicos não tem, todavia, significado uma divisão eqüitativa de melhoria das condições de vida à totalidade da população, sobretudo quando se trata daquela população localizada nos setores das periferias urbanas, ribeirinhas e indígenas. Quando se busca explicar tais discrepâncias sociais e econômicas, indicadas na realidade do Amazonas, pode-se novamente fazer referência ao aspecto da inadequação de modelos de desenvolvimento e de tecnologias em muitos projetos e programas destinados a promover a relação da qualidade de vida da população. E uma das vertentes imprescindíveis para se tentar reverter esse quadro é investir na formação de recursos humanos qualificados e com consciência cidadã, capazes de intervir na sociedade de forma mais produtiva e mais equânime.

Considerando o cenário acima descrito, além dos dados coletados através de Audiência Pública com a comunidade local, a realização de Pesquisa de Atividade Econômica Regional – PAER, levando em consideração as diversas visitas à sede do município, constatamos a relevância de se implantar no município de Lábrea uma Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET-AM, a fim de oferecer educação profissional e tecnológica aos jovens e trabalhadores, visando sua inserção no mundo produtivo, com cidadania e inclusão social, vertente imprescindível para o desenvolvimento sustentável regional.



Considerando ainda a demanda levantada por formação profissional e tecnológica, a partir de diversos instrumentos de análise dos Arranjos Produtivos Locais, conforme mencionado acima, decidimos iniciar a oferta com os cursos técnicos de Agricultura e Zootecnia, para posteriormente, evoluirmos para a oferta de cursos voltados para a indústria de madeira e produção pesqueira e aqüicultura. Seguramente, a vocação regional está voltada para a área de agropecuária.

Tabela X – Demandas por Cursos de Formação Inicial e Campus Lábrea
Fonte: PAER (CEFET-AM), 2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	76,36%
2	Saúde,Higiene e Segurança do Trabalho	76,36%
3	Meio Ambiente / Saneamento	67,27%
4	Eletricidade / Eletrônica	65,45%
5	Turismo	61,81%
6	Gestão e Empreendedorismo	58,18%
7	Agropecuária	56,36%
8	Construção Civil	56,36%
9	Automotiva-Manutenção e Reparação	54,54%
10	Agroindústria	52,72%
11	Movelaria	50,90%
12	Serviços de Reparação/Manutenção	50,72%
13	Design de Produtos	47,27%
14	Metalmecânica	36,36%

Tabela 51 – Demanda por Cursos Técnicos Campus Lábrea
Fonte: PAER(CEFET-AM), 2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	67,25%
2	Meio Ambiente	56,36%
3	Comunicação	50,72%
4	Gestão	41,81%
5	Lazer e Desenvolvimento Social	40,00%
6	Segurança do Trabalho	38,18%
7	Agropecuária	32,72%
8	Eletrônica	27,27%
9	Mecânica	21,81%
10	Turismo	21,81%
11	Design	20,00%
12	Comércio	16,36%
13	Eletrotécnica	16,36%
14	Química	14,54%
15	Mineração	1,81%

Tabela 52 – Demanda por Cursos Superiores em Lábrea.
Fonte: PAER(CEFET-AM), 2007

Nº	ÁREA	%
1	Licenciatura em Biologia	30,90%
2	Licenciatura em Física	29,09%
3	Licenciatura em Química	27,27%
4	Licenciatura em Matemática	5,45%

Incluir Fotografias

Incluir planilha de projeção 2009-2013



1.1.1.6.3 Campus Maués

1.1.1.6.3.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O município de Parintins foi primitivamente habitado por indígenas. Sua descoberta ocorreu em 1749, quando, descendo o Rio Amazonas, o explorador José Gonçalves da Fonseca notou uma ilha que, por sua extensão, se sobressaía das outras localizadas à direita do grande rio. A fundação da localidade só foi realizada em 1796, por José Pedro Cordovil, que veio com seus escravos e agregados para se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, chamando-a Tupinambarana. Ali instalado, fundou uma fazenda de cacau, dedicando-se à cultura desse produto em grande escala. Tupinambarana foi aceita e elevada à Missão Religiosa, em 1803, pelo Capitão – Mor do Pará, Conde dos Arcos, recebendo a denominação de Vila Nova da Rainha. Em 1833, passa a Freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Em 1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Em 1852, pela Lei nº 02, é confirmada a criação do município. Em 1853, dá-se a instalação do município de Parintins. Em 1880, pela Lei Provincial nº 499, a sede do município recebe foros de Município e passou a denominar-se Parintins. Em 1956, pela Lei Estadual nº 96, é desmembrado do município de Parintins o distrito da Ilha das Cotias, que passa a constituir o município de Nhamundá. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o território de Parintins é acrescido do distrito de Mocambo. Limites: Estado do Pará, Município de Barreirinha, Município de Urucurituba, Município de Nhamundá, Distrito de Mocambo e Parintins. Localização: 9º Sub Região - Região do Baixo Amazonas Altitude: 50 m acima do nível do mar. Área Territorial: 7.069 km² Temperatura Média: 26,3°C Acesso: Via Fluvial Distância • Em linha reta entre Parintins e a Capital do Estado, 369 km. • Por via fluvial entre Parintins e a Capital do Estado, 420 km.

1.1.1.6.3.2 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência do Campus

Setor Primário - Agricultura: junto com a pecuária, completa a formação econômica do setor primário. É representada pelas culturas temporárias: abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão e milho. Culturas permanentes: abacate, banana, cacau café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina. - Pecuária: é



atividade de maior peso no setor primário. Compreende principalmente a criação de bovinos, vindo a seguir a criação de suínos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios. - **Pesca:** desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Estado, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios. - **Avicultura:** está voltada para o criatório em moldes domésticos, sendo representada principalmente pela criação de galinhas, seguida de perus, patos, marrecos e gansos. - **Extrativismo Vegetal:** é pouco representativo na formação do setor primário, mas destaca-se a exploração de borracha, cumaru, gomas não elásticas, madeira, óleo de copaíba e puxuri.

Setor Secundário - Indústrias: esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, sacos/fios/tela de juta, beneficiamento de arroz, moinho de café, beneficiamento de pau-rosa, estaleiros, serrarias, olarias, marcenarias.

Setor Terciário - Comércio: varejista e atacadista. - Serviços: hotéis, agências de viagem, agências bancárias, restaurantes, hospitais, oficinas mecânicas, clínicas odontológicas, clínicas médicas.

Tabela X – Demanda por Cursos de Formação Inicial e Continuada Campus Maués
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	85,9%
2	Gestão e Empreendedorismo	82,2%
3	Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho	80,7%
4	Meio Ambiente/Saneamento	75,0%
5	Serviços e Reparação/Manutenção	63,8%
6	Automotiva-Manutenção e Reparação	59,4%
7	Eleticidade e Eletrônica	58,3%
8	Turismo	55,5%
9	Design de Produtos	51,3%
10	Agropecuária	50,0%
11	Agroindústria	39,3%
12	Movelaria	37,1%
13	Metalmecânica	34,7%
14	Construção Civil	30,3%

Tabela X – Demanda por Cursos Técnicos Campus Maués
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	74,2%
2	Comunicação	55,7%
3	Gestão	54,2%
4	Segurança do Trabalho	47,1%



5	Meio Ambiente	47,2%
6	Mecânica	30,0%
7	Lazer e Desenvolvimento	28,5%
8	Eletrônica	27,1%
9	Eletrotécnica	20,0%
10	Design	18,5%
11	Comércio	17,1%
12	Química	15,7%
13	Turismo	14,2%
14	Agropecuária	11,4%
15	Construção Civil	10,0%
16	Mineração	2,8%

Tabela X – Demanda por Cursos Superiores Campus Maués
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Licenciatura em Química	23,0%
2	Licenciatura em Biologia	22,0%
3	Licenciatura em Física	16,0%
4	Licenciatura em Matemática	11,0%
5	Tecnologias	0,2%

Incluir Fotografias

Incluir planilha de projeção 2009-2013

1.1.1.6.4 Campus Tabatinga

1.1.1.6.4.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O Município de Tabatinga está localizada no meio da selva amazônica, à margem esquerda do Rio Solimões fazendo fronteira com a Colômbia e o Peru. Sua temperatura oscila entre 25 e 32°C (média de 28°C). Cerca de 90% da área territorial do Município pertence às Terras Indígenas.

1.1.1.6.4.2 Caracterização socioeconômica e educacional da área de abrangência do Campus

O comércio é um dos pontos fortes da sede do município de Tabatinga, motivado e incrementado que foi pela criação da Área de Livre Comércio de Tabatinga. Além disso, pela infra-estrutura aeroportuária, por ser sede do CFSOL - Comando de Fronteira do Solimões e da Delegacia da Capitania dos Portos, por sediar as mais importantes instituições administrativas - estaduais e federais -, por concentrar as principais agências creditícias da região e por sediar a Diocese do Alto Solimões, Tabatinga qualifica-se como um município de importância estratégica e, ao mesmo tempo, como porta de entrada e de saída da fronteira brasileira com os demais países localizados na porção oeste da Amazônia Continental.



As atividades comerciais e de serviços assim com a pesca e a agricultura, apresentam-se como as bases da economia do município.

Comércio e serviços constituem as principais fontes de renda e absorvem o maior contingente de mão-de-obra local. Mesmo assim, apesar de Tabatinga contar com uma Área de Livre Comércio - ALC, o dinamismo sócio-econômico da cidade é superado, em muito, pela fronteira cidade de Letícia (Colômbia), que carrega e lidera as atividades comerciais e turísticas da Região.

A pesca constitui a principal atividade econômica. A produção de pescado é comercializada no mercado e nas feiras da cidade, além da exportação para a Colômbia, através de Letícia, não existindo controle da comercialização local e da exportação. Ao longo dos municípios da calha do Alto Solimões existem inúmeros frigoríficos particulares (de brasileiros, de peruanos e de colombianos) que "aviam" os pescadores com canoas, redes, motores de popa, combustível e outros apetrechos de pesca, garantindo, com isso, a produção de peixe liso para exportação. A agricultura representa a base de sustentação econômica e alimentar das populações da zona rural do município, com destaque para as culturas de várzea. A pecuária é pouco desenvolvida sendo representada pela bovinocultura, avicultura e suinocultura, para consumo local. As indústrias representam investimentos tradicionais com o aproveitamento e processamento de matéria-prima local, a exemplo de artefatos de madeiras, olarias e extração de seixo e areia. O turismo como fonte econômica começa a desenvolver-se lentamente. Na região de fronteira entre Tabatinga e Letícia, registra-se uma média anual de 10.000 turistas.

Tabela X – Demanda por Curso de Formação Inicial e Continuada Campus Tabatinga
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	68,15
2	Saúde,Higiene e Segurança do Trabalho	65,92%
3	Gestão e Empreendedorismo	59,21%
4	Meio Ambiente / Saneamento	53,63%
5	Turismo	51,39%
6	Serviços de Reparação / Manutenção	50,83%
7	Automotiva-Manutenção e Reparação	50,27%
8	Eletricidade / Eletrônica	49,16%
9	Construção Civil	40,22%
10	Design de Produtos	36,87%
11	Metalmecânica	35,75%
12	Movelaria	31,84%
13	Agropecuária	28,49%
14	Agroindústria	26,81%

Tabela X – Demanda por Cursos Técnicos Campus Tabatinga
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Química	83,79%



2	Informática	67,03%
3	Comunicação	64,80%
4	Segurança do Trabalho	56,42%
5	Comércio	42,25%
6	Eletrônica	39,10%
7	Gestão	37,43%
8	Mecânica	35,75%
9	Lazer e Desenvolvimento Social	33,51%
10	Turismo	32,96%
11	Meio Ambiente	32,40%
12	Mineração	27,93%
13	Eletrotécnica	26,25%
14	Construção Civil	21,79%
15	Design	17,31%
16	Agropecuária	10,61%

Tabela X – Demanda por Cursos Superiores Campus Tabatinga
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Licenciatura em Física	15,08%
2	Licenciatura em Química	13,40%
3	Licenciatura em Biologia	7,26%
4	Licenciatura em Matemática	7,82%
5	Tecnologias	10,06%

Incluir Fotografias

Incluir planilha de projeção 2009-2013

1.1.1.6.5. Campus Parintins

1.1.1.6.5.1 Breve Histórico e Dimensão Geográfica

O município de Parintins foi primitivamente habitado por indígenas. Sua descoberta ocorreu em 1749, quando, descendo o Rio Amazonas, o explorador José Gonçalves da Fonseca notou uma ilha que, por sua extensão, se sobressaía das outras localizadas à direita do grande rio. A fundação da localidade só foi realizada em 1796, por José Pedro Cordovil, que veio com seus escravos e agregados para se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, chamando-a Tupinambarana. Ali instalado, fundou uma fazenda de cacau, dedicando-se à cultura desse produto em grande escala. Tupinambarana foi elevada à Missão Religiosa, em 1803, pelo Capitão – Mor do Pará, Conde dos Arcos, recebendo a denominação de Vila Nova da Rainha. Em 1833, passa a Freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana. Era ainda Tupinambarana simples freguesia quando iniciou a revolução dos Cabanos no Pará e se alastrou por toda a província. O seu vigário – Padre Torquato Antônio de Souza, teve atuação destacada durante a sedição servindo de delegado dos legalistas no Baixo Amazonas. Em 1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Imperatriz. Em 1852, pela



Lei nº 02, é confirmada a criação do município. Em 1853, dá-se a instalação do município de Parintins.

Limites: Estado do Pará; Município de Barreirinha; Município de Urucurituba; Município de Nhamundá; Distrito de Mocambo e Parintins. Localização: 9º Sub-Região - Região do Baixo Amazonas Altitude: 50 m acima do nível do mar. Área Territorial: 7.069 km² Temperatura Média: 26,3°C Acesso: Via Fluvial Distância. Em linha reta entre Parintins e a Capital do Estado, 369 km. Por via fluvial entre Parintins e a Capital do Estado, 420 km.

1.1.1.6.5.2 Caracterização socioeconômica e educacional da área de abrangência do Campus

A agricultura, junto com a pecuária, completa a formação econômica do setor primário. É representada pelas culturas temporárias: abacaxi, arroz, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão e milho. Culturas permanentes: abacate, banana, cacau café, caju, coco, laranja, limão, pimenta-do-reino e tangerina. - Pecuária: é atividade de maior peso no setor primário. Compreende principalmente a criação de bovinos, vindo a seguir a criação de suínos. A produção de carne e leite destina-se ao consumo local e à exportação para outros municípios. - Pesca: desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Estado, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios. - Avicultura: está voltada para o criatório em moldes domésticos, sendo representada principalmente pela criação de galinhas, seguida de perus, patos, marrecos e gansos. - Extrativismo Vegetal: é pouco representativo na formação do setor primário, mas destaca-se a exploração de borracha, cumaru, gomas não elásticas, madeira, óleo de copaíba e puxuri. Indústrias de esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, sacos/fios/tela de juta, beneficiamento de arroz, moinho de café, beneficiamento de pau-rosa, estaleiros, serrarias, olarias, marcenarias estão presentes no município.

Tabela X – Demanda por Curso de Formação Inicial e Continuada Campus Parintins
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Informática	68,15
2	Saúde,Higiene e Segurança do Trabalho	65,92
3	Gestão e Empreendedorismo	59,21
4	Meio Ambiente / Saneamento	53,63



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



5	Turismo	51,39
6	Serviços de Reparação / Manutenção	50,83
7	Automotiva-Manutenção e Reparação	50,27
8	Eleticidade / Eletrônica	49,16
9	Construção Civil	40,22
10	Design de Produtos	36,87
11	Metalmecânica	35,75
12	Movelaria	31,84
13	Agropecuária	28,49
14	Agroindústria	26,81

Tabela X – Demanda por Cursos Técnicos Campus Parintins
Fonte: PAER(CEFET-AM)/2007

Nº	ÁREA	%
1	Química	83,79%
2	Informática	67,03%
3	Comunicação	64,80%
4	Segurança do Trabalho	56,42%
5	Comércio	42,25%
6	Eletrônica	39,10%
7	Gestão	37,43%
8	Mecânica	35,75%
9	Lazer e Desenvolvimento Social	33,51%
10	Turismo	32,96%
11	Meio Ambiente	32,40%
12	Mineração	27,93%
13	Eletrotécnica	26,25%
14	Construção Civil	21,79%
15	Design	17,31%
16	Agropecuária	10,61%

Tabela X – Demanda por Cursos Superiores Campus Parintins.
Fonte: PAER(CEFET-AM)/ 2007

Nº	ÁREA	%
1	Licenciatura em Física	15,08%
2	Licenciatura em Química	13,40%
3	Licenciatura em Biologia	7,26%
4	Licenciatura em Matemática	7,82%
5	Tecnologias	10,06%

Incluir Fotografias

Incluir planilha de projeção 2009-2013

1.2. Inserção Regional

O Amazonas é o maior Estado do Brasil, com uma superfície atual de 1.570.745,680 Km². Sua extensa área territorial é ocupada por floresta e água. O acesso à região é feito por via fluvial ou aérea. O clima é equatorial úmido, com temperatura média/dia/anual de 26,7 °C, com variações médias entre 23,3 °C e 31,4 °C. A umidade relativa



do ar fica em torno de 80% e o Estado possui apenas duas estações bem definidas: chuvosa (inverno) e seca ou menos chuvosa (verão).

Os projetos de integração criados pelo Governo Federal mudaram sensivelmente o perfil econômico da região. Atualmente, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA vem diversificando suas ações com base num planejamento estratégico que tem por objetivos basilares atrair novos empreendimentos; a identificação de oportunidades; formação de parcerias em busca da auto-sustentabilidade; a geração de emprego e renda; o incremento das exportações e a distribuição de riquezas na região.

Indubitavelmente, esses fatores, aliados à capacitação dos recursos humanos locais, permitirão aumentar a competitividade dos produtos fabricados na região, possibilitando modificar a participação das vendas para o mercado exterior, reduzindo a dependência da indústria local em relação ao mercado interno, favorecendo o aporte de divisas internacionais.

Existem também perspectivas para se buscar alternativas que se configurem em fontes econômicas da própria região como a indústria da madeira, do dendê, do turismo, a biotecnologia, o pólo de cosméticos e o próprio cenário como pólo atacadista, o pólo petroquímico a partir de Coari e Tefé, região onde está a bacia petrolífera do Urucu, cujo potencial de produção é de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões ao ano.

Constituem potencialidades minerais, também, a transformação da cassiterita, da silvinita, do nióbio e do caulim. O setor primário desenvolvido pelo projeto “Terceiro Ciclo” do governo estadual, a exploração da madeira e de outros produtos florestais não madeireiros despontam ainda como fortes alternativas econômicas.

Na área de mineração, estima-se um potencial de US\$ 1 bilhão. Com o que pode ficar da ZFM, mais US\$ 6 bilhões a US\$ 7 bilhões soma-se a isso mais US\$ 2 bilhões em agricultura e outros, mais US\$ 1 bilhão em turismo, chegando a mais de US\$ 11 bilhões, uma economia maior do que a de hoje.

Segundo últimos dados oficiais apresentados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, nos últimos anos (2003 e 2004), o crescimento do pólo Industrial de Manaus (PIM) contribuiu de forma significativa para elevar Manaus à categoria de sexta renda per capita do país e a segunda cidade em índice de transformação industrial. O setor que apresentou mais crescimento foi o eletroeletrônico (US\$ 3.840.945,187); em segundo lugar, os bens de informática com US\$ 2.412.996,717 e em terceiro lugar, o setor de duas rodas com o faturamento de US\$ 1.925.774,829 (Dados de 2004).

Embora proprietário de um potencial econômico indiscutível, cobiçado internacionalmente e destacado por ser um dos centros industriais brasileiros, o Amazonas



continua sem os benefícios diretos desses avanços econômicos. As relações capitalistas no Estado resultam numa concentração maximizada de renda nas mãos de poucos, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais neles existentes, seja no espaço urbano, seja no espaço rural.

A complexidade dessa mácula põe em evidência a geração de novos paradigmas, a fim de minimizá-la e cujo cerne é a melhoria da qualidade de vida da população, que passa inexoravelmente pela oferta de educação de qualidade. Sendo a educação um dos elementos básicos para o desenvolvimento e formação de quadros técnicos e gerenciais para as empresas, o IFAM reforça o seu compromisso como contribuinte deste desenvolvimento. Ademais, não restam dúvidas de que o mundo produtivo do Brasil precisa estar em consonância com as regras de competitividade impostas pela economia globalizada, com o propósito de buscar melhores índices de produtividade e de acentuada qualidade de processo e de produtos.

Nona cidade brasileira em população, Manaus, com 1.698.475 habitantes (IBGE: estimativa 2006) é a maior cidade brasileira em população das regiões norte e centro-oeste, representando sozinha 10,89% de toda a população do norte e 49,9% de toda a população do Estado do Amazonas. Com crescimento de 10% acima da média do crescimento das capitais brasileiras é responsável por 98% da economia do Estado do Amazonas, enquanto este responde por 55% da economia da Região Norte. Considerada a melhor cidade da região norte, segundo a Revista Exame, tem mortalidade infantil de 22,7 por mil habitantes, enquanto a média nacional é de 29,2 por mil habitantes. A cidade possui infraestrutura de metrópole e é responsável por mais de 60% do que é arrecadado (excetuando-se o Estado do Tocantins) pela União na Região Norte. Manaus apresenta bons índices, constituindo-se um excelente lugar para investimentos: O IDH é de 0,774, o quarto maior entre as metrópoles. A perspectiva de vida é de 63 anos; mais de 80% dos domicílios são atendidos pela rede de distribuição elétrica; 64,61%, pela rede de esgoto; 86,54, pela coleta de lixo e 68,61% contam com abastecimento de água.

Neste sentido, o IFAM é estratégico para o Estado do Amazonas, pois está inserido numa área extremamente dinâmica em termos de tecnologia, num ambiente de grande competitividade, o que implica investimentos em tecnologia e recursos humanos, exigindo que as entidades promotoras de conhecimento também acompanhem essa evolução.

No contexto de ações internacionais, o IFAM tem desenvolvidos atividades de parceria técnica, educacional e de extensão com alguns países, entre estes destacamos:



1. Projeto Mulheres Mil - cooperação Brasil-Canadá via Mec/Setec/ACCC, cujo público alvo são mulheres desfavorecidas do Projeto de Saneamento de Manaus (PROSAMIN), com formação na área de Turismo/ capacitação em Camareira, onde já foi formada uma turma e outra encontra-se em fase de conclusão. O Projeto Mulheres Mil ocorre até 2011.
2. Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Perú via Mec/ Setec/ Minedu/Perú, cujo público alvo são professores e educadores de ambas as instituições, gerando intercâmbio entre os mesmos, e o IFAM utilizando sua experiência para auxiliar na parte curricular e implantação de cursos nas áreas de mecatrônica, eletrônica e automação industrial no país vizinho. Este projeto encontra-se em fase inicial.
3. Projeto de Cooperação Técnica entre Brasil – EUA através da Michigan - Macomb College, cujo público alvo são alunos e professores de ambas as instituições para estabelecer intercâmbios e troca de experiências pedagógicas, visando a melhoria do ensino no IFAM e no Macomb College. Este Projeto está em fase de finalização de acordos entre os dois países para iniciar suas atividades.

Com isto, o IFAM demonstra suas potencialidades para o intercâmbio com os países latinos e norte-americanos, expandindo sua área de atuação.

1.3. Missão

Promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento **sustentável** da Amazônia.

1.4. Finalidades

Nos termos do artigo 6º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFAM tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;



II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.5. Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e qualificação das metas com cronograma)

1.5.1 Nos termos do artigo 7º da Lei Nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008, são objetivos do IFAM:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;



II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5.2 Objetivos e Metas (Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma)

- Definir metas (cada PRÓ-REITORIA definirá metas consultando os Campi para serem definidas para os cinco anos). INCLUIR DADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Diretrizes / Metas	2009-2013

DIRETRIZES E METAS PARA O ENSINO 2009 – 2013

Neste documento apresentamos as metas para o ensino do Instituto Federal do Amazonas com o propósito de oferecer ensino de qualidade observando aspectos locais e regionais.

1. Valorização do Ensino

- a. Implantar, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento com recursos orçamentários e extras orçamentários, programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFAM visando o acesso, permanência e a conclusão de curso pelos estudantes;
- b. Implantar programa de melhoria da qualidade do ensino a partir de indicadores empregados para avaliar o ensino profissional técnico de nível médio e o ensino superior;
- c. Valorização da prática docente através de capacitação, certificação de atividades, horizontalização do ambientes de convivência e acessória pedagógica;
- d. Incentivar a participação em programas de desenvolvimento técnico-científico, tais como: Programa Especial de Treinamento (PET), Programa de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e outros com o mesmo propósito;

2. Assistência Estudantil

- a. Atuar de forma integrada com os serviços de apoio acadêmico (Serviço Social, Psicólogos, Pedagogos, Médicos e Dentistas) para realização de palestras, seminários e workshops abordando temas relacionados: juventude, ética, saúde, educação e cidadania, divulgação dos direitos e deveres dos estudantes definidos pelo regime disciplinar;
- b. Discutir com os campi programas voltados para o tema moradia, alimentação, transporte e saúde de estudantes oriundos de outros municípios;
- c. Construir modelo de monitoria para atender as especificidades acadêmicas dos campi do IFAM;
- d. Promover palestras de orientação profissional para os vários níveis de ensino;



3. *Inclusão Social*

- a. *Implantar programa de acesso ao ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior de Pessoas com Deficiências numa perspectiva de Inclusão Social;*
- b. *Adotar o ENEM para o acesso aos cursos superiores;*
- c. *Participar de programas que visam o desenvolvimento de ações voltadas as Pessoas com Deficiência, tal como o Programa Incluir;*
- d.

4. *Ampliação do Ensino*

- a. *Ofertar curso de licenciatura para professores da rede pública de ensino para atender o Plano de Ações Articuladas nas formatações: 1ª licenciatura, 2ª licenciatura e complementação pedagógica;*
- b. *Implantar cursos do ensino superior nos campi zona leste, São Gabriel da Cachoeira e Coari observando as especificidades locais;*
- c. *Desenvolver ação acadêmica para garantir os percentuais de vagas a serem oferecidas pelo IFAM conforme art. 8º da Lei 11.892 de 29.12.2008: o mínimo de 50% das vagas para o ensino profissional técnico de nível médio, o mínimo de 20% para cursos de licenciaturas e no máximo 30% para cursos de bacharelados e engenharias;*

5. *Programas de Educação à Distância EaD/UAB*

- a. *Implantar a modalidade de Educação à Distância (EaD) como atividade regular do ensino profissional técnico de nível médio e ensino superior;*
- b. *Participar das políticas voltadas para a Universidade Aberta (UAB) na forma de projetos voltados ao modelo de Educação Profissional e Tecnológica;*

6. *Mobilidade Acadêmica*

- a. *Promover a interação entre os campi do IFAM numa perspectiva de rede social visando a troca de conhecimentos e experiências;*
- b. *Incentivar o intercâmbio do corpo docente dos campi do IFAM para troca de experiências e realização de atividades acadêmicas e de pesquisa;*
- c. *Ampliar a participação do corpo docente do IFAM nos diferentes níveis e modalidades de ensino de forma simultânea e específica;*

7. *Arte, Cultura e Esporte*

- a. *Apoiar e incentivar o desenvolvimento da arte e cultura no IFAM;*



- b. *Difundir manifestações artísticas e culturais;*
- c. *Promover ações de educação esportiva, recreativa e de lazer;*

8. *Articulação do Ensino com a Pesquisa e Extensão*

- a. *Desenvolver ação que auxilie, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, na ampliação do trabalho docente na pesquisa, na extensão e o aumento da produção técnico-científica com a publicação de trabalhos na forma de artigos e participação em eventos;*
- b. *Implantar o programa Minha 1ª Aula onde os estudantes de licenciatura serão monitores dos estudantes do ensino profissional técnico de nível médio e EJA nas áreas das ciências básicas visando atender aulas de reforço, recuperação paralela e pré-vestibular;*
- c.

PROEJA e FIC

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Diretrizes / Metas	2009-2013

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Diretrizes / Metas	2009-2013

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Diretrizes / Metas	2009-2013



PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Diretrizes / Metas	2009-2013

1.6. Área (s) de atuação acadêmica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, ministrando cursos técnicos de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequente e educação de jovens e adultos; e em nível de educação superior, os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelados, cursos de pós-graduação *lato e strictu sensu*.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade ministra, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFAM promove a pesquisa básica e aplicada e desenvolve atividades de extensão em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Com a regulamentação do Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o IFAM promove uma política de educação à distância. Neste sentido, implantará um sistema integrado e harmonioso de educação à distância em nível institucional, por se tratar de uma modalidade de ensino que tem condições de atingir todo estado.

Para atender essa demanda, o IFAM buscará preparar profissionais para criar, mediar e orientar cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) e compreendendo as etapas desses processos interativos, buscará ferramentas tecnológicas e abordagens em EaD na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Numa abordagem humanística e democrática que percebe o sujeito e suas singularidades e tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos sujeitos, o IFAM buscará, em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, a participação



de todos que respondam à diversidade etnoculturais preconizada nos pressupostos da Educação Inclusiva. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade também inclusiva.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nos campi de modo que estes respondam à diversidade de alunos. A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino profissional de forma a promover o acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal de todos. A prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível exigirá mudanças significativas na estrutura e no funcionamento dos campi, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

Para atender os desafios da Educação a Distância e da Educação Inclusiva, bem como a diversidade de níveis e modalidades de ensino, o IFAM, pretende impulsionar ações concretas para formação inicial e continuada de trabalhadores.

1.7. Responsabilidade Social da IES (Enfatizar a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região)

1.7.1 Inclusão Social

Como instituição pública de Ensino, o IFAM é reconhecido como uma referência significativa para a sociedade amazonense. Com seu trabalho de ensino, pesquisa e extensão tem como finalidade contribuir significativamente para o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado e do país, produzindo conhecimentos e preparando cidadãos que desempenhem papel de liderança intelectual e profissional. Isso significa envolver-se profundamente com o compromisso de ampliar e consolidar a inclusão social de seus alunos.

Nesse sentido, já vem empreendendo esforços, por meio do Espaço Curupira e de outros atores desta IFE, para assegurar o acesso, permanência e o sucesso na vida acadêmica dos estudantes com necessidades socioeconômicas. No entanto, para ampliar a eficiência da resposta que vem sendo dada à necessidade de inclusão, tais ações precisam ser intencionalmente articuladas em um Programa capaz de combiná-las com outras de maior amplitude social.

Assim, o IFAM apresenta uma proposta que articula excelência acadêmica, autonomia universitária e inclusão social, presentes em todas as iniciativas de sua política de formação



educacional, expressa por meio de práticas e ações consentâneas, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso de valorização das diferentes modalidades de ensino, espaço prioritário para a efetivação dessa política.

Desta feita, o IFAM compromete-se a fazer a sua parte, no âmbito do microssoial, mas insiste na responsabilidade do Poder Público, em primeiro lugar, como representante legítimo que é da sociedade como um todo, em assegurar a qualidade na formação realizada na escola pública e implementar uma política pública de expansão das vagas, forma mais eficaz e abrangente de combater a exclusão social na sua interface com a formação profissional com qualidade.

O Estado do Amazonas é permeado de rios e igarapés onde um deslocamento entre Capital e um dado município é maior por via fluvial se comparado a um possível descolamento em linha reta. O principal meio de transporte no Amazonas se dá por via fluvial e isto torna as localidades, relativamente, mais distantes e em alguns casos de difícil acesso. Para alcançar as longínquas localidades, municípios, o IFAM investe em tecnologias que auxiliem da tarefa de desenvolver Educação à Distância.

A educação à distância (EaD) consiste em uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, sendo mediada por recursos didáticos sistematicamente organizados que podem ser utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação. Outra característica dessa forma de ensino é que professores e alunos estão separados especial e/ou temporalmente nesse processo. A EaD é uma modalidade de ensino reconhecidamente eficaz e consistente, que com o passar dos anos vem ganhando mais espaço, e tem feito uso de diversos meios de comunicação para disseminação da informação. A experiência em EaD já é uma realidade para o IFAM tendo como curso pioneiro o Curso de Meio Ambiente, curso de nível médio, ofertado ao município de Coari. Por outro lado, temos como política a integração do IFAM, na modalidade EaD, no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Isto possibilitará o acesso ao ensino superior para cidadãos em localidades no interior do Estado que não tenham cursos superiores ou os existentes não supram a demanda local.

1.7.2 Educação/Inclusão no campo

A gestão da Educação do Campo em âmbito nacional compreende a Coordenação Geral da Educação do Campo – MEC e a Comissão Nacional de Educação do Campo



composta pelas seguintes instituições: Ministérios do Desenvolvimento Agrário, secretarias do MEC: SETEC, SEB, SESU, SECAD, SEED, SEESP, FNDE E INEP, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME Conselho Nacional dos Secretários Estadual de Educação – CONSED e Representantes dos movimentos sociais de âmbito nacional: CEFFAs Centros Familiares de Formação por Alternância; CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura; CPT- Comissão Pastoral da Terra; FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC – Movimento das Mulheres Camponesas; MST- Movimento dos Trabalhadores sem Terra RESAB - Rede Educacional do Semi-Árido Brasileiro

“A Educação do Campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.” (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pg. 4, .2002)

Em nível estadual o objetivo da educação do campo no Amazonas é valorizar os espaços do campo, da floresta e das águas a partir de uma política que respeite a diversidade cultural, os diferentes saberes, as experiências de educação das populações tradicionais e contemple a elevação da escolaridade com profissionalização realizada no próprio campo, destinada ao grande contingente de mulheres e homens que historicamente foram cerceados do direito ao acesso a educação básica e superior.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho.” (Constituição Federal de 1988 - Cap III, Seção I, Art 205)

“A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Parágrafo único: o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral ou adulto contará com a possibilidade de acesso a educação profissional.” (LDB 9394/96, Cap II, Art 39)



Para que se alcance o Desenvolvimento Sustentável da região, se faz necessário e urgente desenvolver políticas que culminem com a interiorização de propostas e projetos a serem construídos a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva, vinculados à realidade dos sujeitos e de seus territórios, como forma de garantir à inserção profissional dos egressos na sua própria comunidade, fortalecendo as relações familiares, a economia local, as organizações sociais, a cultura regional na perspectiva de geração de trabalho e renda no campo. Para tanto, busca-se em todo territórios nacional o fortalecimento e a valorização dos princípios da Educação do Campo.

- Princípio Político-pedagógico da construção do conhecimento e da organização escolar tendo como referência o mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura vivida pela população do campo;
- Princípio da preservação e conservação ambiental, visto que os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre pessoas e natureza;
- Princípio Pedagógico da valorização dos diferentes saberes.
- Princípio Pedagógico da valorização dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- Princípio político do respeito, da valorização e fortalecimento da identidade étnica e racial dos diferentes povos do nosso território;
- Princípio metodológico da pesquisa não só como uma ferramenta de construção do conhecimento, mas como uma postura diante da realidade;
- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à democracia.

Neste sentido, destacam-se as experiências do Campus Manaus Zona Leste com as organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais do campo como forma de ampliar seus espaços no processo de interiorização de cursos na inclusão e valorização de jovens e adultos que habitam nos espaços rurais. Notadamente, as populações tradicionais.

Através de convênio de cooperação técnica celebrado em 2001 com a Associação Regional de Casas Familiares do Amazonas – ARCAFAR-AM e Escola Agrotécnica Federal de Manaus vem sendo possível desenvolver atividades relacionadas a estágios, estudo,



capacitação, pesquisa e extensão em espaços do campo junto a agricultores familiares do Município de Boa Vista do Ramos.

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, é uma organização não-governamental filiada ao Centro Familiar de Formação em Alternância – CEFFA´s. É um ambiente educativo no meio rural, onde se desenvolve a formação geral e profissional de jovens e adultos. Tem como objetivo, oferecer alternativas de desenvolvimento econômico, sócio-ambiental e cultural aos jovens e suas famílias melhorando a qualidade de vida e conseqüentemente, possibilitando a permanência do/da jovem no meio rural com padrões de vida compatíveis com o mundo atual. A CFR é também um espaço de convergência de ações voltadas à organização de trabalhadores rurais da região. Pela consolidação de convenio de cooperação técnica, vem sendo possível atender demandas das comunidades através de cursos de formação na modalidade PROEJA.

Os principais resultados da cooperação técnica entre EAFM e ARCAFAR-AM são os seguintes:

- Formação geral e profissional de turmas do PROEJA, como **Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar**, estando à terceira turma em formação;
- Consolidação de parceira com a prefeitura municipal de Boa Vista do Ramos;
- Capacitação de professores em cursos de Aperfeiçoamento em Educação do Campo;
- Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa intitulado A Farmácia da Floresta junto ao Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Incentivo a Iniciação Científica na Modalidade PIBIC Jr/FAPEAM/CNPq);
- Realização de duas Oficinas intitulada “Educação em Alternância” para atender o programa de capacitação de servidores da EAFM;
- Realização de estágios de vivência de estudantes da EAFM junto a agricultores familiares;
- Implantação do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio na Modalidade PROEJA em alternância, com previsão de início de curso em Agosto de 2009.

1.7.2 Educação Indígena (Profa. Leonor)

1.8. Políticas de Ensino

1.8.1. Diretrizes Pedagógicas



As transformações sociais, culturais e tecnológicas, verificadas nos dias atuais, exigem da escola uma redefinição de seus objetivos e a criação de alternativas que busquem atender às solicitações do mundo contemporâneo.

Os novos paradigmas da educação profissional reclamam um espaço de ação e desenvolvimento, o que para os institutos federais, tornou-se um grande desafio, na medida em que deixaram de ser um único espaço, face a necessidade de adequá-los, reciprocamente, a ordem vigente. O IFAM deve ser um espaço dentro da estrutura social onde se equacionam esses paradigmas numa reflexão e ação dialética, com vistas a promover o tripé-ação-reação-transformação.

Isto posto, o IFAM, sabedor de que a educação está intimamente relacionada com esses avanços, sente a necessidade premente de impulsionar uma ação transformadora. Para tanto, encampa uma luta em favor do delineamento de sua proposta Pedagógica, cujas concepções nela contidas são fruto de um trabalho coletivo que contou com a participação de representantes das diversas Áreas de Conhecimento e dos Campi que constituem esta Instituição Federal de Ensino Profissional.

Dessa forma, tem-se como objetivo oferecer aos professores do IFAM, os princípios norteadores de seu trabalho, possibilitando-os embasamento teóricometodológicos de uma sociedade que busca acompanhar o dinamismo das transformações ocorridas nos tempos atuais.

Neste caminho, toda e qualquer ação a ser desencadeada, quer seja pedagógica ou administrativa, deverá pautar-se nos princípios da liberdade, sensibilidade, igualdade e identidade. Por meio das análises dos aspectos sociais, filosóficos, éticos, políticos e metodológicos, esses princípios deverão ser garantidos, pois acreditamos que somente homens livres e comprometidos com o bem comum poderão colaborar para a formação de pessoas engajadas politicamente na perspectiva de uma sociedade mais justa e solidária.

As diretrizes pedagógicas perpassam por em duas vertentes. A primeira vertente constitui o conteúdo da política pedagógica da instituição, que traça as linhas mais gerais, os fundamentos que embasarão as atividades pedagógicas do IFAM, a saber: fundamentos estéticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos; a visão que traçamos; nossos objetivos institucionais; e metas priorizadas para legitimar nossa política pedagógica.

Na segunda vertente, constituiu nossa proposta curricular, bem como o modelo da estrutura pedagógica a ser adotado pelo instituto.

Convém destacar, ainda, que por acreditarmos que uma política dessa relevância deva ser desencadeada dialogicamente para se configurar de forma madura, as idéias contempladas



não se esgotam nesse documento, outrossim, são passíveis de modificações ao longo de todo um processo de implementação, desde que elas se façam necessárias.

Espera-se que as diretrizes pedagógicas sejam de grande valia, pois

“quando a escola se abre à participação e criticidade de todos e, com todos constrói a sua proposta pedagógica, ela se rejuvenesce, se transforma numa agência de desenvolvimento e tem fortes motivos para acreditar no amanhã de seus educandos, pois consegue, pelo menos, alimentar em cada um deles o sonho de viver uma vida melhor, nutridos ainda pela esperança de poder ajudar na construção de um mundo melhor para todos”. (NETO, Augusto Ferreira).

Desde a sua implantação, o IFAM vem cumprindo com as finalidades e objetivos para os quais foi criado. Neste sentido, em atendimento às orientações legais contidas na Lei nº 5.692/71, alterada pela Lei nº 7.044/82 e nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, têm oferecido Cursos Técnicos de Nível Médio, Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduações, expressando, assim, a sua identidade institucional.

Atualmente, com o advento da LDB, Lei nº 9394/96, o IFAM, procura estruturar seus mapas curriculares de forma a organizá-lo por área de conhecimento, procurando atender competências e habilidades em cada curso profissional, bem como reorganizá-los ao novo catálogo dos cursos técnicos e tecnológicos.

Nesse sentido, o processo educativo exigirá o desencadeamento de ações capazes de redimensionarem a prática educativa como a instrumentalização teórica do indivíduo (*o aprender a conhecer*), centrada na apropriação de conceitos e fundamentos que desenvolvam a capacidade de compreensão do mundo e, conseqüentemente, sua inserção no mundo do trabalho, enquanto sujeito produtivo historicamente situado, com uma postura crítica, criativa e autônoma.

Todo o exposto, no entanto, será possível com o subsídio de uma instrumentalização técnica (*o aprender a fazer*) capaz de vencer os desafios impostos pelo avanço tecnológico que ocorre no mundo do trabalho, que requer dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade. E que, também será reforçado pelo estímulo à *interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos)*, suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo sendo conduzido para a meta principal: *o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser)* enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, a fim de que possa *aprender a aprender*.



O IFAM, que prima pela formação de cidadãos capazes de construir suas histórias de vida, considerando o desencadeamento de ações mencionadas no parágrafo anterior, assume a importância da Educação Profissional como *locus* de produção e disseminação de conhecimentos e cultura a partir de um grande desafio: o pleno exercício da cidadania e preparação para o trabalho, numa conjunção que articule base científica e tecnológica, que possa ser desencadeada através do efetivo desempenho das atividades cotidianas deste IFE.

Enfim, o IFAM prima pela formação de profissionais capazes de construir suas histórias de vida, de maneira que todos os seus integrantes direcionarão suas ações, especialmente nas relações com os alunos, tendo em vista os seguintes valores:

. **Sensibilidade:** para perceber a si e ao outro enquanto pessoas humanas que possuem sentimentos, respeito e idéias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os alunos, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturarem uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados em sentimentos humanos, no respeito e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de idéias e respeito às diferenças;

. **Autenticidade:** para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos alunos e dos professores, sempre visando o novo. É importante que toda e qualquer ação de nossos alunos seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social;

. **Autonomia:** construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas;

. **Criatividade:** como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os alunos devem manter uma relação de interação com o mundo, assim como com o objeto, enquanto sujeitos. O que é imprescindível para que se desenvolva tornando-se sujeito de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, senão homens concretos, situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-cultural-político, enfim, num contexto histórico;



. **Solidariedade:** princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFAM, por ser postulado da sociedade democrática.

Contudo, o IFAM tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição de conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-crogressistas, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Segundo a concepção mencionada, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a medição do Professor (não apenas pela simples transmissão). O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo (não pela ação do professor). O aluno traz uma bagagem cultural e o novo conhecimento não se dá senão a partir do anterior. Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

O conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas no setor produtivo, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas ao ambiente educativo, articulando teoria-prática, visando o crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

Ao professor, cabe assessorar o aluno na construção do conhecimento, apresentando o conhecimento de formação profissional e de cunho científico para que o aluno assimile-o, retornando-os à estrutura cognitiva já estabelecida. Mas para isso, deve fundamentar continuamente seus conhecimentos sistematizados, a fim de problematizar situações no contexto da sociedade.

1.8.2 Fundamentos Didático-Pedagógicos:

Os fundamentos didático-pedagógicos devem direcionar o trabalho pedagógico em toda a sua dimensão.

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal, são elementos fundamentais que se constituem na unidade de um trabalho pedagógico.

De acordo com a concepção que defendemos enquanto essência da nossa proposta, os campi, que integram o IFAM, são espaços significativos de aprendizagem a partir de uma



Pedagogia Dinâmica e Inovadora, tendo como pressuposto fundamental: *aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção.*

Em vista disso, na relação entre professor e aluno consideram-se os seguintes princípios norteadores:

- A prática consiste no aprender a partir da construção de significados, em que o Ensino é o elemento fundamental que oportuniza essa construção. Mas não somente a partir de uma metodologia expositiva, em que o aluno recebe tudo pronto, sem problematizar, por não ser solicitado a fazer relações com o que já conhece, muito menos a questionar a lógica interna do que está recebendo, chegando a acomodar-se;
- Conhecimento antecipado que o aluno traz é o ponto de partida que será desconstruído no decorrer do processo ensino-aprendizagem. É importante valorizar toda e qualquer bagagem cultural que o aluno traz para a Escola, procurando intercambiá-la com os conhecimentos científicos que a Escola oferece nos componentes curriculares;
- Todo esse processo de reconstrução é intercambiado por uma linguagem que evidencia sempre o conhecimento como resultado de problematizações criadas a partir do diálogo entre professor e aluno, que culminem em projetos operacionais.

Para efetivar esse processo de construção, considera-se:

- Aluno enquanto sujeito-agente que constrói os conhecimentos tanto os que adquiriu previamente, quanto os que a Escola oferece sistematicamente, através de relações interpessoais e do exercício de operações mentais exigidas nessas relações. O que é contemplado no aprender significativamente, explicitados nos instrumentos de avaliação;
- A avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, conquanto sirva para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade de ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao aluno a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificarem suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendam junto, o que possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos;



- Professor, enquanto educador com uma visão holística do homem, vendo-o como um ser bio-psico-social-transcendental que tem sempre idéia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, é o responsável pelo intercâmbio entre o conhecimento e o aluno. A partir do planejamento do seu fazer pedagógico com objetivos precisos e claros do que e como pretende ensinar, assim como, aonde quer chegar com o que quer ensinar, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, o educador contribuirá positivamente no processo ensino-aprendizagem.

1.8.3 Ações para Legitimar a Política Pedagógica

1.8.3.1 Ensino - Aprendizagem

A implementação desta Política Pedagógica só surtirá efeito a partir do momento em que houver um real investimento na Capacitação Permanente dos Profissionais que trabalham na Escola, especialmente os Professores, visando inseri-los nas diferentes mudanças que ocorrem constantemente nas políticas educacionais, sociais, econômicas e culturais, verificadas no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, assegurando as condições necessárias para que aprendam a aprender e continuem aprendendo, condição *sine qua* para viabilização da presente Proposta Pedagógica, o que se verificará através de um Projeto de Capacitação que contemple:

- Ciclos de estudos;
- Palestras;
- Reuniões Pedagógicas;
- Cursos.

1.8.3.2 Atividades de Planejamento:

- Projetos Setoriais - que serão elaborados pelos Diretores, Gerências e Coordenações, tendo como referencial os fundamentos da Proposta Pedagógica, destacando os seguintes aspectos: diagnóstico, objetivos, metodologia, conteúdos e avaliação;
- Projeto - Disciplina que será elaborada pelos docentes e disponibilizada para os discentes contendo os seguintes aspectos: objetivo geral, objetivo específico, ementa, conteúdo, critérios de avaliação e bibliografia básica;
- Acompanhamento Didático - Pedagógico;



- Programa de Orientação e Acompanhamento do Discente, de forma multiprofissional, visando os fundamentos explicitados na Proposta;
- Programa de Orientação Profissional, de forma multiprofissional, que permita discutir o novo Perfil do Trabalhador no contexto sócio - político – econômico.

1.9. Políticas de Extensão (Para as IES que propõem desenvolver essas atividades acadêmicas)

1.9.1 Programas que contemplem a iniciação científica;

1.9.2 Realização de exposições, simpósios, encontros;

1.9.3 Produção de Bens e Serviços para a Sociedade Amazonense;

1.9.4 Pesquisa de Processo Científico e Tecnológico;

1.9.5 Programa de Articulação entre a Escola-Empresa.

1.9.5.1 Avaliação de processos e produtos, divulgação dos resultados e mecanismos de prestação de contas, onde os diferentes segmentos do Instituto se avaliem mutuamente, possibilitando transparência da Gestão Educacional e clareza da responsabilidade dos resultados por todos os envolvidos, através de:

- Questionários;
- Entrevistas;
- Resultados de Provas de rendimento;
- Relatórios: Egressos, Professores, alunos finalistas (estágios), Técnico-Administrativos;
- Visitas às salas de aula, laboratórios, Complexo Esportivo e Biblioteca (Gerentes, Coordenadores, Professores, Técnico-Administrativos e Orientadores Pedagógicos);
- Informativos, Periódicos, Revistas, Boletins;
- Estatísticas.

1.9.5.2 Planejamento e Gestão Institucional - Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas Promover educação pública de qualidade expandindo a Educação Profissional, Tecnológica em conformidade com as demandas regionais.



- Diversificação e ampliação de oferta da Educação Profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino;
- Ampliação da oferta dos Cursos de Formação de Professores para as áreas científicas e tecnológicas;
- Implantação de Programas de Educação à Distância (EAD);
- Implantação de Educação Profissional de Jovens e Adultos – EJA, integrando Formação profissional e Elevação de escolaridade;
- Ampliação e Consolidação de Cursos de Pós-Graduação “Lato Sensu”;
- Implantação de Cursos de Pós-Graduação “Strictu sensu”;
- Modernização de forma contínua dos ambientes de aprendizagem com novas tecnologias.

1.9.5.3 Implantar Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

- Ampliação e consolidação do setor de Pesquisa do IFAM, visando sistematizar e integrar as ações de pesquisa científico-tecnológica gerados na Instituição;
- Motivação da comunidade acadêmica para a elaboração de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, de acordo com as vocações, potencialidades e demandas regionais;
- Promoção de Fóruns de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com vistas à discussão, aprimoramento e divulgação dos resultados;
- Publicação de uma revista técnico-científica da Instituição;
- Manutenção e Ampliação do número de alunos e professores em programas de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

1.9.5.4 Fortalecer a interação com a sociedade em especial com o setor produtivo, comunidade científica e organizações sociais.

- Ampliação da incubadora de Empresas apoiando alunos, egressos e a comunidade;
- Consolidação de prestação de serviços especializados;
- Ampliação dos acordos de cooperação técnico-científica;



- Ampliação do Programa de Voluntariado que permita aos integrantes da comunidade contribuírem para promoção social e melhoria da qualidade de vida de pessoas menos favorecidas;
- Consolidação do Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais promovendo o acesso e a inclusão da clientela nas ações de qualificação profissional;
- Implantação do Sistema de Acompanhamento de Alunos Egressos;
- Ampliação de Cursos em alguns Municípios do Estado em parceria com Empresas, Prefeituras e Universidades Públicas;
- Ampliação de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores;
- Consolidação de Projetos Culturais e Científicos envolvendo alunos, professores e comunidade.

1.9.5.5 Investir no Desenvolvimento e Qualidade de Vida dos Servidores.

- Manutenção e Ampliação do programa de Melhoria de Qualidade de Vida dos Servidores;
- Redimensionamento da Força de Trabalho, considerando as especificidades de cada área de atuação e da qualificação profissional;
- Expansão dos Programas de Capacitação com ênfase nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, através de parcerias com Universidades Públicas;
- Criação de um Banco de Talentos, identificando as habilidades e competências do servidor;
- Ampliação do Quadro de Pessoal da Instituição;
- Criação e implantação de um Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal;
- Consolidação de um Programa de Premiação e Homenagem aos Servidores e Colaboradores;
- Consolidação do Programa de Integração de Aposentados nas atividades sociais e laborais do CEFET-AM;
- Implantação do observatório de Educação e Trabalho com a finalidade de apresentarem cenários e tendências por curso profissional.

1.9.5.6 Promover Gestão Participativa e Empreendedora voltada para a cultura de excelência e resultados dotando a instituição de Infra-estrutura adequada para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

- Aprimoramento do Processo de Gestão Participativa e Colegiada;



- Elaboração periódica do Plano de Desenvolvimento Institucional com a efetiva participação da comunidade;
- Fortalecimento e ampliação da articulação com os órgãos governamentais, estatais e privados;
- Implantação da nova estrutura organizacional do CEFET-AM;
- Elaboração do Plano Diretor de Obras das Unidades Sede e Uned;
- Edificação de novos ambientes acadêmicos e administrativos;
- Modernização de forma contínua dos equipamentos de refrigeração nos vários ambientes;
- Implantação do laboratório Multidisciplinar para o Curso de Ensino Médio e Licenciaturas;
- Implantação de novos programas e Sistemas de Informação as áreas Acadêmica e administrativa;
- Modernização e Ampliação da Rede Lógica do CEFET-AM;
- Promoção do marketing Institucional junto à sociedade.

AGUARDANDO REVISÃO DAS INFORMAÇÕES PELA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROFa. SANDRA)

1.10. Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

O IFAM desenvolve pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional composto por servidores graduados, especialistas, mestres e doutores, bem como por estudantes do ensino profissional, técnico, tecnológico e licenciatura. Hoje o IFAM tem cadastrado no CNPq, **15 (quinze)** grupos de pesquisas.

A atividade de pesquisa no IFAM é um dos meios de geração de conhecimento e de soluções tecnológicas. Para isso, leva em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade e do setor produtivo. A conseqüente difusão desse conhecimento, por meio dos cursos de nível técnico, tecnológico, licenciatura e pós-graduação, resultam em forte interação entre ensino, pesquisa e extensão.

O IFAM desenvolve ações e parcerias com diversas instituições de ensino superior através de cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu como, interinstitucional-MINTER com a Universidade Federal do Paraná e DINTER com a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG ambos financiados pela CAPES e também com instituições de fomento (CNPq,



FAPEAM, FINEP, CAPES entre outras) visando ao aperfeiçoamento e fortalecimento do campo científico e tecnológico do Instituto.

O Instituto oferece cursos de capacitação e especialização de professores na modalidade de Educação Básica de Jovens e Adultos-PROEJA, financiado pelo MEC/SETEC.

Para a Pesquisa, Pós-Graduação, o IFAM objetiva, promover educação de excelência, consolidando programas de pós-graduação, articulados e retro-alimentados tanto a grupos de pesquisa, quanto a processos de formação em nível lato e strictu sensu, tomando-se como alvo as tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional.

A pesquisa no IFAM fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

Em sua identidade, caracteriza-se como sendo uma instituição de origem pública, sua abrangência de atuação e o seu comprometimento com o processo de desenvolvimento social e regional.

Em sua missão, o Instituto se compromete com a geração e a difusão do conhecimento técnico, tecnológico, científico e cultural enquanto dinâmica para a promoção da cidadania e do desenvolvimento regional, tendo como meta a **valorização da pesquisa científica e tecnológica de qualidade e implementando mecanismos para difusão de conhecimentos.**

A pesquisa na instituição tem sido impulsionada com a organização dos fluxos dos projetos, criação de coordenações específicas de pesquisa e pós-graduação, estudo da carga horária dos professores, incentivo à criação de núcleos de pesquisa e redistribuição de espaço físico existente. Organiza-se a partir de:

- I. Linhas de pesquisa;
- II. Grupos de pesquisa;
- III. Núcleos de pesquisa

LINHAS DE PESQUISA

Linhas de pesquisa são recortes de ordem teórica, filosófica e epistemológica que se processam em áreas de conhecimento eleitas pela Instituição como prioritárias e estratégicas



para o desenvolvimento da pesquisa, em torno das quais se agregam docentes e discentes e vinculam-se projetos e programas.

As linhas de pesquisa têm origem em uma ou mais áreas de conhecimento, são formalizadas nos CAMPI, aprovadas pelo Comitê Técnico Científico, homologadas pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação ou Coordenação equivalente.

GRUPOS DE PESQUISA

Os grupos de pesquisa constituem a base estrutural e institucional a partir da qual professores, estudantes e colaboradores organizam-se e engajam-se profissionalmente e permanentemente em atividades de pesquisa em torno de uma ou mais linhas de pesquisa, sob a liderança de um professor, buscando potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição; habilitar a Instituição para a alocação de recursos financeiros junto às empresas e às agências de fomento; intercambiar com redes, com instituições e grupos externos de pesquisa; criar competência para a atuação indissociada da pesquisa com a graduação, a pós-graduação e a extensão.

São membros efetivos de grupos de pesquisa os pesquisadores que desenvolvem atividades permanentes de pesquisa.

São colaboradores de grupos de pesquisa os pesquisadores de outras instituições, bem como professores, estudantes e funcionários do Instituto que possuam alguma atividade auxiliar ou de apoio à pesquisa junto aos grupos.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)



PESQUISA	
Diretrizes / Metas	2009-2013
1. CRIAR, AMPLIAR E CONSOLIDAR A PESQUISA BÁSICA E APLICADA EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO NAS ÁREAS AFINS DOS CAMPI DO IFAM	2009 -2013
1.1 Criar, ampliar e consolidar a pesquisa básica e aplicada em todos os níveis até 2013 em 40% dos Campi:	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Implantar Programas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Tecnológica (IT), nos Campi ainda não contemplados;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Definir as linhas de pesquisas institucional respeitando os Arranjos Produtivos Locais (APL) nos Campi;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Garantir apoio institucional aos docentes, através de orientação para a elaboração de projetos de pesquisa;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Submeter às instituições fomentadoras de pesquisa e empresas, projetos para obtenção de financiamentos;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição para pesquisa;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Ampliar o número de grupos de pesquisa existentes e cadastrá-los no Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Intercambiar com redes, Instituições e grupos externos de pesquisa;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Institucionalizar políticas para atuação indissociada da pesquisa com o ensino técnico, graduação, pós-graduação e extensão;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer o Comitê de Pesquisa cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar os projetos de pesquisa;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Buscar e divulgar editais, convênios;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Promover e divulgar seminários, mesa redonda, palestras, etc.;	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Regulamentar a forma de concessão de bolsas para pesquisa.	2009 -2013
2. ESTIMULAR E APRIMORAR DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL NO IFAM	2009 -2013
2.1 Incrementar a divulgação dos resultados de pesquisa:	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Publicação dos anais das pesquisas do IFAM (PIBIC, PAIC e outras);	2009 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar projetos e buscar fomentos para criação de um fundo de apoio a publicações científicas;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Viabilizar apoio a participação de docentes em eventos científicos;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Criar e/ou equipar ambientes para a produção intelectual de pesquisadores e bolsistas;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Assinar revistas e/ou periódicos técnico-científicos com Qualis;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">• Instituir o Conselho Editorial visando consolidar a Revista Técnica Científica - Igapó;	2010-2013
<ul style="list-style-type: none">• Promover treinamentos para elaboração de artigos científicos.	2010-2013

Pós-Graduação



A pós-graduação no IFAM, objetiva promover educação de excelência, consolidando programas de pós-graduação, articulados e retro-alimentados tanto a grupos de pesquisa, quanto a processos de formação em nível Capacitação, Lato e Strictu Sensu, tomando-se como alvo as tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional.

Pensar a visão de futuro no que diz respeito à Pós-Graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, passa pela implementação de ações que vão desde a implantação de uma Coordenação de Cursos de Pós-Graduação a implantação de mestrado e Doutorado Institucional.

PÓS-GRADUAÇÃO	
Diretrizes / Metas	2009-2013
3. CONSOLIDAR E EXPANDIR A PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU NO IFAM.	2009 -2013
3.1. Implantação de Cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu, tendo em vista a tendência do mundo do trabalho, do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional como também a demanda, quadro de docentes e infra-estrutura adequada.	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">Realizar intercâmbios com instituições credenciadas pela CAPES para a implantação de MINTER E DINTER objetivando ampliar o número de mestres e doutores;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">Implantar cursos de mestrados e doutorados Institucional;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">Negociações junto às agências financiadoras bolsas de Mestrado e Doutorado;	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">	
4. DEFINIR A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CAPACITACAO JUNTO AOS SETORES COMPETENTES E SERVIDORES, TENDO EM VISTA A OFERTA DE VAGAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUACAO.	2009 -2013
4.1. Elaborar regulamento/resoluções de liberação de servidores para capacitação.	2010 -2013
4.2. Criação de regulamento/resoluções para oferta, execução e participação de servidores nos projetos pedagógicos de cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.	2010 -2013
<ul style="list-style-type: none">Promover eventos para discussão com os servidores dos Campi;	
<ul style="list-style-type: none">Definir cronograma de liberação de servidor para a capacitação;	
<ul style="list-style-type: none">Organização de calendário de eventos, para efeito de socialização do catálogo de cursos e das produções técnico-científicas dos estudantes e docentes dos cursos de Pós-Graduação.	2010 -2013

Inovação



PESQUISA	
Diretrizes / Metas	2009-2013
5. CRIAR ARTICULADO COM A PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO IFAM O NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-NIT.	2009 -2013
5.1 Zelar pela política de inovação tecnológica no IFAM para estar em consonância com a legislação em vigor;	
5.2 Valorizar a pesquisa aplicada que resulta em inovação tecnológica capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade.	
<ul style="list-style-type: none">Difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual no IFAM para estimular o registro, o licenciamento e a comercialização dos produtos oriundos da pesquisa;	
<ul style="list-style-type: none">Criar mecanismos de esclarecimento aos pesquisadores, quanto ao processo de proteção intelectual;	
<ul style="list-style-type: none">Criar facilidades quanto ao trâmite envolvendo a proteção do conhecimento cultural, científico e tecnológico e outros inerentes aos processos de patenteamento.	

2. GESTÃO INSTITUCIONAL

AGUARDANDO INCLUSÃO DE INFORMAÇÕES (PROF. VENÂNCIO)

2.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.

2.1.2 Órgãos Colegiados: atribuições, competências e composição.

2.1.2.1 Conselho Superior

O IFAM dispõe de um Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo. O Conselho Superior é o órgão máximo do IFAM e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, e tem seus membros nomeados em ato do Reitor.

A presidência do Conselho Superior será exercida pelo Reitor e, na sua ausência pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade. O representante dos egressos, sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ter nenhum vínculo empregatício ou comercial com o IFAM. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente,



trimestralmente, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e IX. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada *Campus* que compõe o IFAM poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria. Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido. Na hipótese prevista no § 7º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

2.1.2.1.1 O Conselho Superior tem a seguinte composição:

- O Reitor, como presidente;
- 02 (dois) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos egressos da instituição, eleitos por seus pares;
- 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 01 (um) representante de organizações etnoculturais, 01 (um) representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e
- 02 (dois) representantes do Colégio de Dirigentes;

2.1.2.1.2 Compete ao Conselho Superior

- I. zelar pelo cumprimento do disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- II. aprovar as diretrizes para atuação do IFAM e zelar pela execução de sua política educacional;
- III. submeter à aprovação do Ministério da Educação o presente Estatuto, assim como aprovar os seus regulamentos.
- IV. aprovar as normas e homologar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFAM e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;



- V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;
- VI. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- VII. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VIII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- IX. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- X. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFAM;
- XI. autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da lei;
- XII. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFAM, bem como o registro de diplomas;
- XIII. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFAM, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e
- XIV. deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFAM levados a sua apreciação pelo Reitor.

2.1.2.2 Colégio de Dirigentes

O IFAM dispõe, também, de um Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFAM, e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno. A presidência do Colégio de Dirigentes será exercida pelo Reitor e, na sua ausência, pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade.

2.1.2.2.1 O Colégio de Dirigentes possui a seguinte composição:

- O Reitor, como presidente;
- Os Pró-Reitores e



- Os Diretores-Gerais dos *Campi*.

2.1.2.2.2 Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFAM;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFAM a ele submetido.

2.1.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.

- Bibliotecas;
- Assistência Estudantil (Serviço Social, Médico e Odontológico e Psicológico);
- Núcleos Temáticos: (diversidade, gênero, étnica, religiosa, cultural, sexualidade, drogadição, deficiência, Cidadania “direitos e deveres”, etc.);
- Núcleos de Estudos;
- Núcleo de Formação Continuada;
- Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais;
- Núcleo de Educação a Distância;
- Conselho de Curso;

2.1.4 Autonomia da IES em relação à Mantenedora.

2.1.5 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas (mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social).

2.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

2.2.1 Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho.



Os docentes do IFAM estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir Lei nº. 11.784/2008.

2.2.2 Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil existente e pretendido para o período de vigência do PDI.

DEFINIR COM OS DIRETORES DOS CAMPI/DGP

2.2.3 Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão.

Os servidores técnico-administrativos do IFAM estão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), criado pela Lei nº. 11.091/2005.

2.2.3 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

2.2.3.1 Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas).

ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: visa custear as despesas com pagamento de bolsas de trabalho e monitoria de alunos, auxílio transporte para alunos, fornecimentos de refeições, aquisição de gêneros alimentícios e medicamentos, concessão de óculos, fardamentos e material escolar, e outras despesas com o objetivo de manter o aluno na escola, bem como, propiciar melhores condições de aprendizagem para os alunos dos campi.

2.2.3.2 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psico-pedagógico).

O IFAM possui em seu quadro de servidores técnico-administrativos, profissionais de diversas áreas, tais como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos e odontólogos, com a finalidade de desenvolver programas multiprofissionais tendo em vista o atendimento aos discentes e o apoio às atividades de ensino.

Esses programas pretendem atuar de forma interdisciplinar com várias áreas do conhecimento, inclusive com o apoio do quadro docente, que por sua vez, devem incluir nos



planos de ensino, atividades acadêmicas que abordem temas transversais imprescindíveis para a integração social do aluno e o exercício de sua cidadania, a saber, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, lan house, violência, meio ambiente, ética, educação inclusiva e etc.

Nos termos dos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil – 1988 e dos Artigos 2 e 3 da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o IFAM atua na Educação Profissional com base no princípio, entre outros, da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Para tanto, o Serviço Social elabora e aplica, a cada processo seletivo, um questionário de sondagem a fim de identificar o perfil socioeconômico dos alunos. Outra atividade desse setor é o cadastramento de alunos em situação de risco e de comprometimento de sua integridade social, fator preponderante como critério de acesso aos diferentes benefícios de bolsas estudantis, entre elas, bolsa de trabalho e bolsa de monitoria.

Visando o acompanhamento dos alunos contemplados com a bolsa de trabalho e de monitoria, o Serviço Social desenvolve um programa denominado “Vida Dinâmica” além de visitas domiciliares e atendimentos às famílias e a comunidade.

Nessa perspectiva, o Serviço de Psicologia desenvolve, também, atendimento individualizado, tanto oriundo da demanda espontânea quanto de encaminhamentos de gerências e professores. Promove ações que visam o atendimento coletivo com a participação dos alunos em programas de Orientação Vocacional, que consiste em aplicação de testes psicológicos voltados a escolha profissional, e palestras abordando temas diversos sobre relações interpessoais, auto-estima, qualidade de vida e outros.

Na área pedagógica, o IFAM adota a recuperação paralela e a matrícula em regime de dependência em uma única disciplina ou componente curricular, observado os critérios de pré-requisitos e itinerários dos cursos, além de incentivar o atendimento individualizado por parte dos professores aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Para os cursos técnicos integrados de nível médio, estão previstas reuniões de pais e mestres e convocações eventuais dos responsáveis, promovendo a integração entre a escola e a família no processo de coresponsabilidades na formação integral do aluno. Ademais, o aluno conta com a possibilidade de trancamento temporário de sua matrícula em situações necessárias, garantindo assim, sua vaga na escola.

O programa intitulado “exercendo a cidadania” realiza o preparo, a eleição, posse e acompanhamento dos representantes e vice-representantes de turma, que visa estabelecer um elo de ligação e diálogo constante com os alunos nos Conselhos de Cursos e Avaliação Institucional. Essas atividades de acompanhamento didático-pedagógico são desenvolvidas



pelo apoio pedagógico, coordenadores de curso e área, gerentes educacionais e diretores de ensino.

2.2.3.3 Organização estudantil (Espaço para participação e convivência estudantil).

A instituição favorece o desenvolvimento das diversas organizações estudantis representativas dos diversos níveis e modalidades de ensino, ou seja, o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania.

- CAE – Centro Apoio ao estudante;
- CAA – Coordenadoria de Apoio ao Aluno;
- GRÊMIO ESTUDANTIL – Atua no Ensino Médio, Técnico Integrado em todos os *campi*;
- DCE– Diretório Central dos Estudantes, representa os cursos superiores/IFAM.

2.2.3.4 Acompanhamento dos egressos.

Profa. Sandra

3. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

AGUARDANDO INFORMAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

3.1 Organização Didático-Pedagógica

Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

- 3.1.1** Perfil do egresso;
- 3.1.2** Seleção de conteúdos;
- 3.1.3** Princípios metodológicos;
- 3.1.4** Práticas pedagógicas inovadoras;
- 3.1.5** Políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares;
- 3.1.6** Políticas e práticas de Educação à Distância (para as IES que propõem desenvolver essa modalidade);
- 3.1.7** Políticas de educação inclusiva (PNE-Portadores de Necessidades Especiais).



3.2 Oferta de Cursos e Programas (Presenciais e à Distância)

As Instituições, ressalvada a modalidade de ensino a distância, deverão apresentar dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. Informar ainda a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI conforme detalhamento a seguir:

3.2.1 Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);

3.2.2 Seqüenciais (formação específica, complementação de estudos);

3.2.3 Programas Especiais de Formação Pedagógica;

3.2.4 Pós-Graduação (*lato sensu*); (ANA MENA/NETO)

3.2.5 Pós-Graduação (*stricto sensu*); (ANA MENA/NETO)

3.2.6 Programas de Extensão; (SANDRA/NETO)

3.2.7 Programas de Pesquisa; (ANA MENA/NETO)

4. INFRA-ESTRUTURA

4.1 Infra-estrutura física (detalhar salas de aula, biblioteca, laboratórios, instalações administrativas, sala de docentes, coordenações, área de lazer e outros);

Os dados aqui solicitados estão contemplados no item 1.1.1. que se refere à descrição dos Campi.

4.2 Infra-estrutura acadêmica (quantificar acervo por área de conhecimento, recursos tecnológicos, áudio visual, rede de computadores, informatização e outros);

LARISSA

* Livros: 8.245 títulos e 22227 exemplares; periódicos: 11 títulos, exemplares: 163; Vídeos: 219 títulos e 241 exemplares; software educacional: 22 títulos, 24 exemplares. Total: 8.859 títulos e 26.616 exemplares. Há ainda 17 salas individuais para estudo e 28 cabines para pesquisa *online*. Transferir para outro item do PDI (Campus Manaus Centro)

4.3 Adequação da infra-estrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais;



Os projetos de construção dos novos campi já contemplam a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais por meio de rampas, banheiros adaptados entre outras ações.

Nos campi já em pleno funcionamento, foram realizadas reformas para adequarem-se às exigências legais a fim de garantir a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais através construção rampas, banheiros adaptados, como também, aquisição de equipamentos específicos tendo em vista a inclusão dessa clientela nas atividades acadêmicas de laboratórios, visitas técnicas, desporto entre outras.

4.4 Estratégias e meios para comunicação interna e externa (explicitar os meios de comunicação utilizados pela IES para atingir a comunidade interna e a sociedade em geral);

A comunicação interna é desenvolvida com a utilização da internet, e-mail dos servidores, cartazes e avisos afixados nos murais. Quando necessário, dependendo da informação, envia-se às gerências através de um memorando circular a notícia para que a comunidade tenha conhecimento.

Externamente, a divulgação das ações da instituição são veiculadas através de release que são enviados aos veículos de comunicação social e são confirmados seu recebimento com um telefonema aos jornalistas responsáveis.

Como não há orçamento para marketing e propaganda institucional, pois a lei não permite, a comunicação solicita um espaço, seja rádio, jornal ou TV, para divulgar eventos e cursos e etc.

Dependendo do assunto, se for de utilidade pública, como é o caso dos processos seletivos, concursos públicos, consegue-se um bom espaço na mídia.

O que “engessa” o trabalho de divulgação é a falta de orçamento para que possamos massificar a marca do IFAM, principalmente quando estamos em processo de institucionalização.

A produção do Informativo Institucional distribuído interna e externamente é, também, um dos grandes veículos de disseminação da informação.



4.5 Cronograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência do PDI.

Prof. Venâncio

5. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

AGUARDANDO INFORMAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (PROF. NELSON/JÂNIO)

5.1 Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI:

5.1.1 Estratégia de gestão econômico-financeira;

5.1.2 Planos de investimentos;

5.1.3 Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.1. Projeto de Avaliação e Acompanhamento das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão (descrever a metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo);

As atividades de planejamento, execução e avaliação estabelecidas para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas tem por base a construção anual dos Planos de Ação e dos Relatórios Finais da gestão dos campi e das pró-reitorias.

O Ministério da Educação, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, através da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu um sistema de avaliação global e integrada por diversos instrumentos complementares: Auto-Avaliação, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, condições de ensino e instrumentos de informação (Censo e Cadastro). O SINAES tem como objetivo a avaliação do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, dentre vários outros aspectos.



Para conduzir os processos de auto-avaliação das instituições o SINAES estabeleceu a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente, discente e técnico-administrativo e de representantes da sociedade civil organizada. Visando atender às orientações legais aqui referenciadas, o IFAM caminha firmemente para a constituição de sua Comissão Própria de Avaliação - CPA.

O horizonte de implantação da auto-avaliação no IFAM passa a ser construído e consolidado em um momento extremamente significativo para a nossa Instituição, sob o prisma de reformas e mudanças contextuais amplas, trazidas por fortes demandas sociais e tecnológicas.

A atividade de avaliação no cotidiano do IFAM tem ocorrido de forma assistemática, centrada em determinados segmentos, a exemplo da avaliação dos cursos, e do seu corpo docente. Contudo, a fragilidade destas atividades prova o interesse na busca de uma padronização que venha a ser capaz de dar impulso a julgamentos avaliativos mais confiáveis. Afinal, a obtenção de confiança da comunidade acadêmica, só ocorre quando a Instituição procura e revela as suas fragilidades, seus limites e suas potencialidades, de modo a obter densidade e credibilidade corporativa.

O IFAM, ao identificar a necessidade e a importância da avaliação institucional como instrumento de gestão, trabalha, efetivamente, para a concepção e aplicação do seu projeto de auto-avaliação, na perspectiva de ofertar à sociedade, uma maior visibilidade no alcance de sua missão.

6.2. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;

A avaliação é um instrumento de fundamental importância na identificação da qualidade da atuação de uma instituição junto à sociedade. É o processo de pensar o desenvolvimento das atividades a serem realizadas, levando em consideração se os objetivos e metas foram alcançados.

No IFAM, o processo de avaliação direciona a comunidade a refletir sua práxis, submetendo-se a auto-avaliação e dispondo-se a recondução de seus objetivos institucionais. Isso permite o aproveitamento dos seus fatores de sucesso que possibilitarão realizar sua missão como



instituição pública de ensino, sua visão de futuro e seus valores, através de um planejamento consistente em que as grandes linhas de atuação serão alcançadas, a partir da democratização da gestão.

Neste sentido, o processo de avaliação institucional será realizado com base nos princípios da gestão participativa em que as decisões são definidas coletivamente; e conduzidas por etapas que vão desde o levantamento de necessidades, sensibilização, fórum e consulta a comunidade.

Esse processo visa intensificar ações e ampliação de áreas de concentração e a expansão seletiva e gradual de objetivos e metas. Além disso, o processo visa, também, a melhor qualificação e o aprimoramento dos atuais sistemas gerenciais e a promoção da qualidade de vida do trabalho e dos serviços prestados a comunidade.

6.3. Formas de utilização dos resultados das avaliações.

A avaliação dos resultados da gestão institucional em todas as esferas de atuação tem como pressuposto básico a análise de 04 (quatro) itens significativos que indicarão os pontos positivos (vantagens da gestão), pontos a melhorar (desvantagens da gestão), oportunidades (projeção institucional) e ameaças (aspectos negativos/comprometimento externo) com vista no diagnóstico permanente da gestão.

7. ANEXOS

7.1. Projeto pedagógico do (s) curso (s) solicitado (s) para primeiro ano de vigência do PDI

Nota: Os projetos dos cursos aqui elencados, para os quais está sendo solicitada autorização de funcionamento, embora integrando o PDI, deverão constituir arquivos específicos anexados em local apropriado, nas Pastas Eletrônicas da Instituição, no sistema SAPIEnS / MEC.

7.1.1. Projetos de Cursos a serem encaminhados (Anexos):

Licenciatura em Matemática

Licenciatura em Física

Engenharia Mecânica

Subseqüente em Segurança do Trabalho (Campus Coari)



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Plano de Desenvolvimento Institucional (2009 - 2013)

